



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CAHL  
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

RAYANNE SANTOS FELIZARDO DE SANTANA

**ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CRUZ DAS ALMAS: ARTICULAÇÃO ENTRE A AÇÃO  
DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E CENTRO  
DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)**

CACHOEIRA – BA

2017

RAYANNE SANTOS FELIZARDO DE SANTANA

**Assistência Social em Cruz das Almas: Articulação entre a Ação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ma. Sílvia Cristina A. de Souza

CACHOEIRA – BA

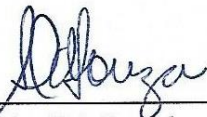
2017

RAYANNE SANTOS FELIZARDO DE SANTANA

ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CRUZ DAS ALMAS: ARTICULAÇÃO ENTRE A AÇÃO  
DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E CENTRO DE  
REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS).

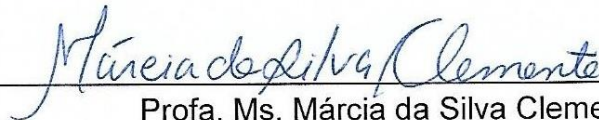
Cachoeira – BA, aprovada em 24 de abril de 2017.

BANCA EXAMINADORA



---


Profa. Ms. Sílvia Cristina Arantes de Souza  
(Orientador – UFRB)



---

Profa. Ms. Márcia da Silva Clemente

(Membro Interno – UFRB)



---

Profa. Ms. Tainara de Jesus Souza

(Membro Interno – UFRB)

*A Deus, o meu bom Pai, por me segurar pelas mãos  
e me sustentar durante toda caminhada.*

*Obrigada, Pai!*

## AGRADECIMENTOS

Gratidão! Este é o sentimento que em mim transborda. Só posso ser GRATA, hoje e para sempre. Obrigada, *meu BOM PAI!* Tu és dono de tudo que sou e que tenho. Tenho plena convicção de que se cheguei até aqui foi porque o Teu amor me sustentou!

Agradeço aos meus pais (Susana e Raimundo), por toda dedicação, paciência e amor. Por sonharem comigo e fazerem o possível e quase o impossível para me ver realizando esse sonho. Qualquer coisa que eu faça para tentar retribuir tudo o que vocês fizeram por mim jamais será suficiente. Obrigada. Muito obrigada! Essa vitória é nossa! Amo muito vocês!

A Mari, minha mana, que durante todo este árduo período me fez companhia e com seu jeito toda mocinha me apoiou e me deu forças para continuar. Te amo, mana!

As minhas Avós, Didi e Lindinalva, meu muito obrigada, tenho certeza que com um jeitinho todo especial vocês estiveram a todo instante torcendo por mim. Amo vocês!

Aos meus familiares, tios, tias, em especial a tia Lui, pelo apoio e carinho.

A minha madrinha, Marize, obrigada por todo amor e carinho!

Aos primos e primas, em especial Paloma, Jairo, Maiana e Neto, pela torcida e por sempre estarem presentes nos momentos mais importantes da minha vida. Muito obrigada!

Agradeço as minhas amigas, Meire e Ana Maria, por serem sempre tão presentes em minha vida. Em nossa amizade vejo cumprir as palavras escritas em Provérbios 17: 17 “Em todo tempo ama o amigo, e na angústia se faz o irmão”. Vocês compartilharam comigo cada momento dessa trajetória e eu sou imensamente grata por todos os conselhos e por todo incentivo. Obrigada! Vocês são bênção em minha vida.

A Lidi, por me ajudar sempre que solicitada e por acreditar que eu conseguiria chegar até aqui. Obrigada amiga/ irmã.

A Gabi, obrigada pelo carinho e pelas orações, minha linda. Breve será você!

Aos amigos, Paulinho, Ivisson e Camila, obrigada por tudo!

A minha família intercessora, a família Betel, meu muito obrigada! Louvo a Deus pela vida de cada um de vocês.

A Val, Flávio e Levi (meu pequeno intercessor), por acreditarem na minha capacidade de passar por esse processo e por durante todos esses anos me sustentarem em oração. Obrigada, queridos!

A tia Estela e toda família Vidal e Silva. Obrigada pelo carinho e pelas orações. Vocês são bênção em minha vida.

Aos queridos amigos de trabalho e para além dele: Pr. Smith, Pedro Ivo, Pr. Arlindo, Pra Railda, Conce e tantos outros, que foram sempre tão compreensivos com minha ausência e correria. Obrigada!

Aos amigos do grupo “The Voice”, obrigada pela torcida, pelo carinho e por trazerem alegrias aos dias tensos de produção. Obrigada, amigos!

A Belinda, Márcio e família pelas contribuições e carinho!

Agradeço as “minhas amoras”: Edi, Dali Geo, Iza, Karlinha e Thai por caminharem comigo nessa jornada. Foram muitos momentos compartilhados e eu sou muito grata a Deus pela vida de cada uma de vocês e por tudo que vocês acrescentaram na minha vida. Amo vocês!

Agradeço a Geo, minha amiga/irmã, pela força, pelos conselhos, por externar palavras de incentivo quando eu estava desanimada e por ser desde o início dessa caminhada, minha fiel companheira. Ainda viveremos muitas coisas juntas. Agradeço a Deus por sua vida. Amo você!

Agradeço a todos os meus professores do ensino fundamental e médio que contribuíram com minha formação. A todos os professores da UFRB pelos ensinamentos, especialmente as queridas professoras Tainara e Márcia por aceitarem o convite de compor a banca e por mais uma vez contribuírem para meu processo de formação acadêmica. Muito obrigada!

A minha orientadora, a professora Silvia Arantes, pelo apoio, paciência e colaboração para que este trabalho fosse concretizado, me incentivando e me mostrando que eu era capaz.

A todos os colegas de curso, aprendi muito com cada um de vocês.

A Equipe CREAS, por me receber com tanto carinho e contribuir para minha formação profissional. Nunca esquecerei de vocês!

Aos profissionais que aceitaram colaborar com minha pesquisa.

Enfim, agradeço a TODOS que me apoiaram e oraram por mim no decorrer dessa caminhada. Muito obrigada!

“Eu quero ser tudo que sou capaz de me tornar”.

Katherine Mansfield

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: Assistência Social em Cruz das Almas: Articulação entre a Ação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), tem como objetivo refletir sobre o trabalho socioassistencial executado nos equipamentos frente aos desafios do cotidiano. Para tanto, buscou-se: compreender o Sistema de Proteção Social exercido no município no que se refere a Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade; verificar como se dá a articulação do trabalho desenvolvido nos equipamentos CRAS e CREAS na execução da política de assistência social no município; identificar quais os desafios postos à equipe frente aos objetivos estabelecidos para os equipamentos e; relacionar os mecanismos e instrumentais utilizados no exercício profissional. Optou-se, portanto, por uma pesquisa exploratória do tipo qualitativa apoiada em uma investigação bibliográfica, documental e de campo, a fim de compreender como se dá essa articulação no cotidiano dos profissionais que formam as equipes técnicas dos equipamentos, na busca pela garantia da proteção social em seus níveis de complexidade. A pesquisa de campo foi realizada junto a seis profissionais das equipes interdisciplinares que atuaram nos equipamentos aqui evidenciados. Este estudo não pretende ser exaustivo nem conclusivo, propõe contribuir para uma reflexão sobre a temática.

**Palavras-chave: Assistência Social, Articulação, Cotidiano, Proteção Social**



## **ABSTRACT**

The present work of course conclusion entitled: Social Assistance in Cruz das Almas: Articulation between the Action of the Social Assistance Reference Center (CRAS) and Center of Specialized Reference of Social Assistance (CREAS), has as an objective to reflect on the social assistance work done in the facilities facing the everyday challenges. Therefore, we sought: to understand the System of Social Protection exercised in the municipality related to the Basic and Special Social Protection of Medium Complexity; verify how occurs the articulation of the work developed in the CRAS and CREAS facilities in the execution of the social assistance policy in the municipality; Identify the challenges facing the team against the established objectives for the departments and; to relate the mechanisms and instrumentalities used in professional practice. Therefore, we opted for an exploratory research of the qualitative type supported by a bibliographical, documentary and field research, in order to understand how this articulation occurs in the daily life of the professionals who form the technical teams of the facility, in the search for the guarantee of the social protection at their levels of complexity. Field research was carried out together with six professionals from the interdisciplinary teams that acted on the facilities evidenced here. This study does not intend to be exhaustive or conclusive, it proposes to contribute to a reflection on the theme.

**Key words: Social Assistance, Articulation, Daily life, Social Protection**

## LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício Prestação Continuada  
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social  
CIB – Comissão Intergestores Bipartite  
CMAS – Conselho Municipal da Assistência Social  
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
CNAS Conselho Nacional de Assistência Social  
COMJV – Conselho Municipal de Juventude  
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social  
CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social  
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social  
CT – Conselho Tutelar  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
LA – Liberdade Assistida  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social  
NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social  
PAEFI – Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos  
PAIF – Proteção e Atendimento Integral às Famílias  
PBF – Programa Bolsa Família  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PSB – Proteção Social Básica  
PSC – Prestação de Serviços à Comunidade  
PSE – Proteção Social Especial  
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
UFBA – Universidade Federal da Bahia  
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. CAPÍTULO I: POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUAS PROPOSIÇÕES: .....</b>	<b>14</b>
2.1 Assistência Social e Seguridade Social no Brasil .....	14
2.2 Caminhos e Perspectivas da Política de Assistência Social no Brasil.....	19
2.3 Sistema Único de Assistência Social: a organização das ações socioassistenciais .....	24
<b>3. CAPITULO II: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE EM CRUZ DAS ALMAS. ....</b>	<b>30</b>
3.1 O Município de Cruz Das Almas: Aspectos Gerais, Sociais e Econômicos .....	30
3.2 A Política de Assistência Social em Cruz Das Almas: Breve Apresentação .....	34
<b>4. CAPITULO III: APONTAMENTOS SOBRE A ARTICULAÇÃO ENTRE OS EQUIPAMENTOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE: PEQUISA DE CAMPO .....</b>	<b>45</b>
4.1 Procedimentos Metodológicos e Categorias de Análise .....	45
4.2 Perfil dos Entrevistados .....	51
4.2.1 Trabalho específico de cada profissional em sua função .....	53
4.2.2 A Articulação Entre os Profissionais no Trabalho do CRAS/ CREAS .....	59
4.2.3 Articulação do Trabalho Desenvolvido entre os Equipamentos .....	63
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>69</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>71</b>



## 1. INTRODUÇÃO

A assistência social enquanto política pública de direito, a qual visa promover a proteção social a famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social, é desenvolvida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a partir da descentralização de serviços, objetivando romper com a fragmentação nas relações entre as esferas governamentais, e buscando articular e prover a Proteção Social Básica e a Proteção Especial, em seus níveis de complexidade. Cabe ao SUAS definir e organizar o que é necessário para execução da política de assistência social, possibilitando a normatização de padrões nos serviços e estabelecendo redes socioassistenciais estruturadas em busca de uma qualificada oferta de atendimentos.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), destaca que os níveis de proteção serão ofertados a partir da rede socioassistencial. Sendo assim organizadas pelos entes públicos ou pelas organizações da assistência social vinculadas ao SUAS (BRASIL, 1993, p. 15).

A rede socioassistencial indicada no SUAS, trata-se de um conjunto integrado de ações que operam benefícios, serviços, programas e projetos a partir da articulação executada entre as unidades que ofertam serviços de proteção social em seus níveis de complexidade. Os serviços socioassistenciais, por esta rede ofertados, são entendidos a partir do Artigo 23 da LOAS (1993, p. 18) como “ atividades continuadas que visam à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei”.

A temática abordada neste trabalho, foi escolhida a partir da prática vivenciada no estágio curricular desenvolvido no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de Cruz das Almas. Onde nesse período foi possível observar a necessidade de estabelecer uma constante articulação entre a rede de proteção referenciada no município, considerando a complementariedade dos serviços.

Assim, tem-se objetivo refletir sobre o trabalho socioassistencial executado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), frente os desafios do cotidiano. E, a

partir da contribuição de profissionais que atuaram nos Centros, buscar compreender como se dá a articulação do trabalho desenvolvido nos equipamentos.

Optou-se, portanto, por uma postura metodológica predominantemente exploratória de natureza qualitativa, que de acordo com Gil (2002), “nas pesquisas qualitativas, o conjunto inicial de categorias em geral é reexaminado e modificado sucessivamente, com vista em obter ideias mais abrangentes e significativos” (p.134).

Para tanto foi utilizado como procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica por meio de revisão de literatura em livros, artigos científicos, pesquisa documental através de legislações sobre os marcos regulatórios das políticas de Assistência Social, além de dados secundários do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de outros sites que continham informações importantes para construção desta pesquisa, os quais serão citados e referenciados em notas de rodapé presentes no decorrer do texto. Também foi realizada a pesquisa de campo, com coleta de dados com o auxílio de um roteiro de entrevista semiestruturada, onde é possível combinar “perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2008, p. 64), sendo as informações obtidas, submetidas a uma análise de conteúdo contendo observações participantes feitas pelo autor da pesquisa.

Deste modo, esta pesquisa desenvolveu-se a partir de três capítulos. No primeiro capítulo, retrata uma breve contextualização da política de assistência social no Brasil, após a Constituição Federal de 1988, buscando trazer alguns conceitos e definições para proteção social brasileira.

No segundo capítulo, será feita uma apresentação dos aspectos sociais, gerais e econômicos, buscando situar as condições específicas do município. Além de fazer uma breve contextualização da Política de Assistência Social desenvolvida no município.

No terceiro capítulo expõe-se o processo metodológico escolhido para o desenvolvimento da pesquisa, apresentando as três categorias de análise a qual os dados da pesquisa serão submetidos, a saber: cotidiano, interdisciplinaridade e articulação. Em seguida serão apresentadas as entrevistas realizadas com a colaboração de seis profissionais que trabalharam no CRAS e CREAS do município de Cruz das Almas durante a gestão 2012-2016.

Dessa forma, pretende-se com esse estudo, refletir sobre o trabalho socioassistencial executado no município; assim como verificar como se dá a articulação do trabalho desenvolvido nos equipamentos CRAS e CREAS na execução da política de assistência social no município; identificando quais os desafios postos à equipe frente os objetivos estabelecidos para os equipamentos, além de relacionar os mecanismos e instrumentais utilizados no exercício profissional. Este trabalho não pretende ser conclusivo, mas objetiva proporcionar uma reflexão sobre a temática.

## 2. CAPÍTULO I: POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUAS PROPOSIÇÕES:

### 2.1 Assistência Social e Seguridade Social no Brasil

A Seguridade Social no Brasil, assim como no contexto mundial, originou-se da necessidade social de se estabelecer métodos de proteção que atendam aos indivíduos diante dos variados “riscos sociais”<sup>1</sup> advindos da desigualdade social construída ao longo do processo da industrialização, e da conseqüente acumulação capitalista aos quais a sociedade está submetida.

Tal conjuntura reafirma a seguridade social como:

Campo de luta e de formação de consciências críticas em relação à desigualdade social no Brasil e de organização dos trabalhadores; é um terreno de embate que requer competência teórica, política e técnica; que exige uma rigorosa análise crítica da correlação de forças entre as classes e segmentos de classe e que força a construção de proposições que se contraponham às reações das elites político-econômicas do país (CFESS/CRESS, 2000 p. 03).

Em seus princípios estruturantes, a seguridade social, tem origem nos modelos *Bismarckiano* e *Beveridgiano*. O modelo Bismarckiano originou-se na Alemanha, tratando-se de um sistema de seguros sociais, destinado a designar uma renda aos trabalhadores em momentos de risco social, ou seja, em momentos de perda da capacidade laborativa momentânea ou permanente. O segundo, modelo Beveridgiano, surgiu na Inglaterra, constituindo direitos como um caráter universal,

---

<sup>1</sup> Jaccoud (2009) destaca que as situações de risco social seriam múltiplas, a saber, doença, velhice, desemprego, morte. Considerando o descrito na PNAS (2004), considera-se risco a ocorrência de violação de direitos, tais como: situações de violência intrafamiliar; negligência; maus tratos; violência, abuso ou exploração sexual; trabalho infantil; discriminação por gênero, etnia, etc. Fragilização ou rompimento de vínculos familiares ou comunitários, englobando famílias ou indivíduos em situação de rua; afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas protetivas ou de medidas socioeducativas; privação do convívio familiar ou comunitário de idosos em instituições de acolhimento; indivíduos dependentes submetidos à privação do convívio comunitário, ainda que residindo com a própria família.



destinando-se a garantir *mínimos sociais*<sup>2</sup> a todos os cidadãos em situação de necessidade social, tendo por objetivo a luta contra a pobreza (BOSCHETTI, 2009).

Segundo Yazbek (2009) a noção de Seguridade Social emerge da ideia de Estado intervencionista<sup>3</sup>. Configurando-se como dever do Estado prover o bem-estar dos cidadãos, estabelecendo um padrão mínimo de vida, provendo ações de proteção vinculadas a saúde, educação, habitação, dentre outros.

De acordo com Boschetti (2009), considerando os planos internacionais, a Seguridade Social brasileira sofre influências do modelo alemão, Bismarckiano, cujo sistema de seguros recomenda a contribuição por parte do trabalhador para garantia da seguridade. Enquanto o modelo inglês Beveridgiano, tem como principal objetivo o enfrentamento da pobreza ao restringir a previdência aos trabalhadores contribuintes, universalizar a saúde e direcionar a assistência social ao público que dela necessitar.

No contexto da construção da proteção social brasileira, pode-se considerar que de 1923 à Constituição de 1988, o modelo de Seguridade Social, implantado pela sociedade capitalista, esteve pautado na lógica do seguro.

O princípio dessa lógica é garantir a proteção, às vezes exclusivamente, e às vezes prioritariamente, ao trabalhador e à sua família. É um tipo de proteção limitada, que garante direitos apenas àquele trabalhador que está inserido no mercado de trabalho ou que contribui mensalmente como autônomo ou segurado especial à seguridade social (BOSCHETTI, 2009, p.3).

Nesse contexto, a lógica do seguro apresenta duas características centrais: o acesso aos direitos, destinado àqueles que contribuem mensalmente, e o valor dos benefícios, relativo à contribuição efetuada (BOSCHETTI, 2009). E paralelo a essa lógica, segue-se a universalização dos direitos que não submete os direitos sociais ao contrato contributivo. Assumindo uma lógica social que vem “assegurando direitos com base nas necessidades sociais, que não sejam condicionados a uma contribuição

---

<sup>2</sup> No contexto histórico da proteção social, os mínimos sociais, estiveram presentes em ideias e tradições religiosas, ou conforme os interesses econômicos em vigor, como sinônimo de mínimos de subsistência, “(...) assumindo preponderantemente a forma de uma resposta isolada e emergencial aos efeitos da pobreza extrema” (PEREIRA, 2002, p.15).

<sup>3</sup> A experiência de Estado intervencionista surge a partir da segunda grande crise financeira mundial e pós 2ª guerra em 1929 com as ideias de Keynes, a fim de intervir na solução de graves problemas sociais na época como: a fome e a miséria.

direta prévia, que não sejam proporcionais a uma contribuição efetuada anteriormente” (BOSCHETTI, 2009, p.4).

Em 1988, com a publicação da nova Constituição Federal, traz-se para a Seguridade Social brasileira, avanços em relação aos direitos sociais, a saber: universalização do acesso a cobertura e aos atendimentos; nova organização do vínculo contributivo; redefinição dos patamares e valores dos benefícios sociais; e o reconhecimento da proteção social como um princípio de responsabilidade do Estado na esfera pública no atendimento dos direitos. Definindo-se, a partir do Art. 194, disposto no capítulo II, como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988)<sup>4</sup>.

Tal definição configura a Seguridade Social brasileira dentro de um novo patamar de proteção social, e propõe uma reestruturação e reorganização para as ações, agora consideradas como políticas públicas, que passaram a fundamentar o tripé da seguridade social brasileira.

A Constituição Federal de 1988 ao afiançar direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal, operou, ainda que conceitualmente, fundamentais mudanças, pois acrescentou na agenda dos entes públicos um conjunto de necessidades até então consideradas de âmbito pessoal ou individual (SPOSATI, 2009, p. 13).

Segundo Boschetti (2009), a seguridade social instituída pela Constituição Federal vigente, apesar de proporcionar um caráter inovador e buscar compor um amplo padrão de direitos sociais, esta caracterizou-se como um sistema híbrido, conjugando direitos derivados e dependentes do trabalho, restritamente contributivo (previdência), com direitos de caráter universal (saúde) e marcado pela seletividade (assistência social).

Considerada, após a institucionalização da Constituição Federal de 1988, como uma política pública, a Assistência Social, que em seu processo histórico desenvolveu-se, segundo Andrade (2011, p.25), de forma “[...] marginal aos direitos sociais, esteve ligada a atividade voluntarista carregada por uma forte carga de

---

<sup>4</sup> Constituição Federal de 1988, edição 2016, pag. 60

patrimonialismo, clientelismo, e diversas expressões da cultura do valor”, agora passa ser considerada como direito de todos os cidadãos, de responsabilidade do Estado, expressando um caráter democrático, com gestão descentralizada e participativa, sendo direcionada para quem dela necessitar.

Através da inserção da assistência social como política integrante da seguridade social, os cidadãos passam a ter seus direitos sociais garantidos, constitucionalmente, independentemente da sua inserção no mercado de trabalho. Passa a caber ao Estado prover as condições necessárias para que essas pessoas pudessem enfrentar as mais variadas expressões da questão social<sup>5</sup>.

Dessa forma, estabelece-se no artigo 203, da Constituição, que:

Art.203 A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:  
I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;  
II- o amparo às crianças e adolescentes carentes;  
III- a promoção da integração ao mercado de trabalho;  
IV- a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;  
V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988, p. 63).

A consolidação da assistência social como política pública, representou uma inovação. Passando a garantir, ao nível da lei, os direitos básicos de cidadania, ampliando a cobertura dos serviços de assistência social principalmente, às pessoas que até então estavam desprotegidas.

Essa inserção, bastante inovadora, introduz o campo da assistência social como política social, dirigindo-se a uma população antes excluída do atendimento na ótica dos direitos. Sua definição impõe compreender o campo assistencial como provisão necessária para enfrentar as dificuldades que podem ser interpostas a qualquer cidadão e que deve ser coberta pelo Estado (COUTO, 2006, p.170).

---

<sup>5</sup> “A questão social vincula-se estreitamente à questão da exploração do trabalho, à organização e mobilização da classe trabalhadora na luta pela apropriação da riqueza social. A industrialização, violenta e crescente, engendrou importantes núcleos de população não só instável e em situação de pobreza, mas também miserável do ponto de vista material e moral. Dessa forma, vincula-se necessariamente ao aparecimento e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no mundo da política” (PASTORINI, 2004 p.110).

Entende-se que no Brasil a partir do momento que a assistência social compôs o tripé da seguridade decorreu também a exigência de um modelo de gestão, reordenando os mecanismos de planejamento, execução e financiamento das ações que tendem a assegurar o caráter universal, democrático, alterando o conceito de direitos dos cidadãos. Deste modo a Assistência Social como política de proteção social configura-se como mecanismo de segurança de um padrão básico de inclusão social. Esta percepção de proteção supõe conhecer os riscos, bem como os recursos necessários para garantir segurança social.

No ponto de vista de Yazbek (1995), a assistência social é trazida para o campo da Seguridade Social e da Proteção Social pública como:

(...) campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, iniciando um processo que tem como norte tornar visível a Política de Assistência Social como Política Pública de direito, pois visa garantir o atendimento as necessidades básicas (YAZBEK, 1995, p.13).

Sendo esta entendida como política de Estado configura-se, segundo Yasbek, como:

(...) um espaço para defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais dos segmentos mais empobrecidos da sociedade, configurando-se também como estratégia fundamental no combate à pobreza, à discriminação e à subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira (YAZBEK, 1995, p.14).

Não obstante, ainda que esta política esteja presente na carta magna como direito e represente uma grande conquista para os cidadãos, a mesma enfrenta desafios para concretizar-se como um direito social. Desde o início da década de 1990, a seguridade social vem sofrendo influências da onda neoliberal a qual preconiza um tipo de desenvolvimento econômico em detrimento das conquistas e avanços dos direitos sociais. No que se refere à política de Assistência Social essas influências reafirmam acesso à seus serviços e benefícios como “operacionalizados pela focalização e seletividade” (ANDRADE, 2011, p. 28).

## 2.2 Caminhos e Perspectivas da Política de Assistência Social no Brasil

A inserção da política de assistência social, instituída pela Constituição Federal de 1988, como um dos eixos formadores do tripé da seguridade social, foi uma iniciativa inovadora. Esta estruturação foi a porta de entrada para o início da construção da política de assistência social enquanto política pública, regulamentada como dever do Estado e direito da população. Passando a operar os mínimos sociais, combatendo os agravamentos da questão social por meio dos seus programas e serviços socioassistenciais. Para Simões:

Segundo a lei, a assistência tem por finalidade assegurar a prestação das necessidades básicas, com base nas quais as políticas públicas, com a participação da comunidade, definem os mínimos sociais, de natureza mais ampla. Para reduzir os níveis de pobreza, prevê diversas estratégias: criação de programas de geração de trabalho e renda; proteção a maternidade, as crianças e aos adolescentes; apoio a gestantes; pessoas com deficiência ou pessoas idosas, desde que carentes por meio de ações continuadas de assistência social (SIMÕES, 2010, p.295).

Nesse contexto, a assistência social deixa de ser apenas uma ação que busca atender interesses voltados para o desenvolvimento do capital, e passa a ter um caráter de política pública de direito, sendo não contributiva e estabelecendo-se no conjunto das demais políticas setoriais, visando o enfrentamento à pobreza, e buscando uma proteção social mais universal.

Como marcos legais da Política de Assistência Social, destacam-se: a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993), que estabelece as diretrizes da Assistência Social, especificando a regulamentação de uma estratégia política descentralizada; a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), legitima o Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2005); a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), aprovada em 2005 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que disciplina a PNAS e normatiza o SUAS; e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, fruto da deliberação da VI Conferência Nacional de Assistência Social em 2007.

A LOAS<sup>6</sup>, define em seu artigo 1º, a Assistência Social como:

---

<sup>6</sup> Lei Nº 8.742, promulgada em 7 de dezembro de 1993.

Direito do cidadão e dever do estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p.7).

A legislação, em seu artigo 2º, estabelece como objetivo da proteção social, a garantia à vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especificamente relacionados a: à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras<sup>7</sup> de deficiências e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa idosa e ao portador de deficiência. (BRASIL, 1993, p. 8).

A promulgação dessa legislação possibilitou uma inovação ao vincular o caráter de direito não contributivo à assistência social, de modo que a população em risco e/ou em situações de vulnerabilidade social se desvinculasse do caráter de “assistida” ou “favorecida” para se tornar “usuária” (COUTO et al., 2012).

Sem dúvida um avanço ao permitir que a assistência social, assim posta, transite do assistencialismo clientelista para o campo da Política Social. Como política de Estado, passa a ser um campo de defesa e atenção dos interesses dos segmentos mais empobrecidos da sociedade (YAZBEK, 1995, p. 10).

O estabelecimento da LOAS, possibilitou a viabilização dos direitos sociais, distanciando a assistência social das práticas clientelistas e de benemerência. “Um serviço que, portanto, não é uma simples prática, mas uma ação orientada institucionalmente e fundamentada numa concepção teórica que a transforma em uma ação política” (SIMÕES, 2010, p. 297). Ressalta-se que em 2011, a LOAS sofreu

---

<sup>7</sup> O termo utilizado atualmente é “Pessoa com Deficiência”. Passou-se a utilizar essa terminologia a partir da Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, aprovado no Congresso Nacional e promulgado com o decreto 6. 949/2009. Vigorando a partir de 3 de novembro de 2010 através da portaria estabelecida pela Secretária Especial de Direitos Humanos (SEDH) Nº 2.344.

alterações em sua redação, através da Lei 12.435 de 06/07/2011 que promoveu a vinculação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a aquela lei, institucionalizando o sistema, e estabelecendo a LOAS como a “Lei do SUAS”.

Destarte, a Política de Assistência Social deve ser realizada de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (BRASIL, 1993, p. 9).

Tal política estabelece como princípios a supremacia das necessidades sociais sobre a rentabilidade econômica; a universalidade dos direitos sociais; o respeito à dignidade, autonomia e direito do cidadão, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; a igualdade de direitos no acesso ao atendimento e divulgação ampla dos benefícios e serviços. A organização e gestão da Assistência Social têm como diretriz a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política, a descentralização político-administrativa, o comando único das ações em cada esfera de governo, destinando atribuições específicas para cada uma delas e a participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Assim, a Política Nacional da Assistência Social, Resolução do CNAS nº 145, de 15/10/2004, reafirma o conteúdo da LOAS destacando o seu caráter protetivo, estabelece diretrizes, público-alvo e organiza as ações em base sistêmica através da implantação do SUAS. Por conseguinte, a PNAS (2004) vai confirmar os seguintes princípios estabelecidos em lei para a assistência social:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (Brasil, 2004, p. 26).

Além disso, a organização das ações em base sistêmica permite a definição de programas, projetos e serviços de caráter eventual ou continuado, de acordo com o nível de vulnerabilidade e risco que as situações sociais demandadas passam a ser vistas, não só aquelas decorrentes da pobreza, privação ou ausência de acesso às políticas públicas, mas também as situações gestadas no âmbito relacional, como as discriminações por deficiência, questões etárias, de gênero, entre outras. São riscos que decorrem, segundo Sposati (2007, p.452), de situações “instaladas no campo relacional da vida humana”, associadas à “(in) sustentabilidade de vínculos sociais e às incertezas sociais”.

A proteção social de assistência social, ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, tem por princípios: a matricialidade sociofamiliar; a territorialização; a proteção pró-ativa; integração à seguridade social; integração às políticas sociais e econômicas. Os programas e projetos desenvolvidos no âmbito da Política de Assistência Social são executados pelas três instâncias de governo e devem ser articulados dentro do SUAS.

O marco da fundação do SUAS ocorreu pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), nº 130, de 15/07/2005, que condiciona a organização do SUAS no território brasileiro. Em 2012, a Resolução CNAS nº 33, aprova uma nova NOB/SUAS; esta proporcionou inovações sobre a Política Nacional de Assistência Social, principalmente no que tange às competências atribuídas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, à gestão dos recursos destinados a ações, programas, projetos e benefícios e como serão financiados.

O SUAS estabelece-se como um sistema responsável pela integração dos serviços, responsabilidades, vínculos, hierarquias, benefícios e ações da assistência social, possuindo um caráter permanente e uma estrutura descentralizada, participativa e articulada com as políticas públicas setoriais. Este sistema apresenta como funções assistenciais a Proteção Social, a Vigilância Social e a Defesa Social e Institucional. “O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política, as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social” (BRASIL, 2016, p. 52).

Segundo Mota (2010) há dois aspectos de superação instituídos a partir do SUAS: a superação histórica da cultura assistencialista e do ranço do favor, da ajuda e do nepotismo, bem como a superação ideológica da caridade mediante a



operacionalização de parâmetros técnicos e de profissionalização para a efetivação da Assistência Social. Neste aspecto, ressalta-se que o SUAS vem, de fato, favorecer a consolidação da LOAS, qualificando o processo de efetivação da assistência social como política pública de direito distanciando-se da base assistencialista a qual foi estruturada.

Posterior às normatizações para a organização do SUAS, referencia-se também os trabalhadores na Política de Assistência Social através da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), Resolução CNAS nº 269, de 13/12/2006. Esta normatização “representa um avanço no que diz respeito à profissionalização da política de assistência social, com vistas a garantir aos usuários do Sistema Único de Assistência Social serviços públicos de qualidade” (BRASIL, 2011, p. 15).

Finalmente, tem-se a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109, de 11/11/2009. Trata-se de outro instrumento normativo da Política de Assistência Social que aborda exclusivamente a organização dos serviços de proteção social do SUAS por níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Estabelecendo, para cada nível de complexidade, serviços sociais específicos para os atendimentos às situações de vulnerabilidade social e risco social e pessoal das famílias e/ou indivíduos.

Portanto, inúmeros foram os avanços no campo da Assistência Social, mas ainda há muitos desafios a serem enfrentados, pois a eficácia da política depende de um esforço mútuo e contínuo de todos os agentes envolvidos, tendo em vista que ainda existem resistências na consolidação da Assistência Social como política pública que viabiliza direitos. Corroborando com Mota (2010), outro entrave a ser enfrentado é a concepção conservadora e neoliberal que atribui a transversalidade desta política ao acesso material àqueles supérfluos para o capital, e não como política pública que prioriza a garantia do direito ao trabalho.

E, no que se refere ao trabalho dos (as) assistentes sociais e demais trabalhadores da área, importante frisar que é nesse campo de efetivação dos mecanismos de viabilização da assistência social e demais políticas sociais que os profissionais incidem sua atuação, exigindo uma leitura crítica e um repensar constante para efetivação dessa política, como estratégia de enfrentamento das

desigualdades sociais. Desta forma, é “impossível uma leitura da assistência, sem atentar para as determinações sociais e históricas do significado da assistência como política governamental, de sua imbricação com as relações de classe e destas com o Estado” (SPOSATI et al., 2010, p. 25).

### **2.3 Sistema Único de Assistência Social: a organização das ações socioassistenciais**

O SUAS, é um sistema descentralizado, participativo e não-contributivo, que organiza e regula as responsabilidades das esferas de governo e da sociedade civil em relação à política de assistência social.

Para a construção efetiva do SUAS, a Norma Operacional Básica (2005), direciona as seguintes prerrogativas:

- consolida o modo de gestão compartilhada, o co-financiamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo articulado e complementar, operam a proteção social não contributiva de seguridade social no campo da assistência social.
- estabelece a divisão de responsabilidades entre os entes federativos (federal, estadual, Distrito Federal e municipal) para instalar, regular, manter e expandir as ações de assistência social como dever de Estado e direito do cidadão no território nacional.
- fundamenta-se nos compromissos da PNAS/2004;
- orienta-se pela unidade de propósitos, principalmente quanto ao alcance de direitos pelos usuários;
- regula em todo o território nacional a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema cidadão de serviços, benefícios, programas, projetos e ações de assistência social, de caráter permanente e eventual, sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada de âmbito municipal, distrital, estadual e federal;
- respeita a diversidade das regiões, decorrente de características culturais, socioeconômicas e de políticas em cada esfera de gestão, da realidade das cidades e da sua população urbana e rural.
- reconhece que as diferenças e desigualdades regionais e municipais que condicionam os padrões de cobertura do sistema e os seus diferentes níveis de gestão devem ser consideradas no planejamento e execução das ações.
- articula sua dinâmica às organizações e entidades de assistência social com reconhecimento pelo SUAS (BRASIL, 2005, p. 13)

Apresentando como eixos estruturante para efetivação do Sistema:

- Precedência da gestão pública da política;
  - Alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários;
  - Matricialidade sócio familiar;
  - Territorialização;
  - Descentralização político-administrativa;
  - Financiamento partilhado entre os entes federados;
  - Fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil;
  - Valorização da presença do controle social;
  - Participação popular/cidadão usuário;
  - Qualificação de recursos humanos;
  - Informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados;
- (BRASIL, 2005, p. 14)

Estabelecidas prerrogativas e os eixos estruturantes do SUAS, este apresenta como funções essenciais do sistema de proteção social, vigilância e defesa dos direitos socioassistenciais.

Onde, de acordo com a NOB/SUAS (2005, p. 16), a proteção social de assistência social consiste em conjunto de:

(...) ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional.

No que tange à proteção social, aborda-se dois eixos: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE). A Proteção Social Básica tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, com fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e/ou de pertencimento social. Essa modalidade de proteção social deve ser estruturada de acordo com o porte do município, sendo seus equipamentos localizados em áreas de maior vulnerabilidade social, gerenciando e executando suas ações por rede de serviço socioeducativos; no acompanhamento dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada; dos benefícios eventuais, junto aos serviços e projetos de inserção produtiva.

As atividades desenvolvidas no cotidiano de atendimento desse nível de proteção são executadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), através de serviços como: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

(PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. (BRASIL, 2009, p.5)

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, referente ao desenvolvimento das atividades desenvolvidas no CRAS:

Todos os serviços da proteção social básica, desenvolvidos no território de abrangência do CRAS, em especial os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, bem como o serviço de suporte domiciliar devem ser a ele referenciados e manter articulação com o PAIF. É a partir do trabalho com famílias no serviço PAIF que se organiza os serviços referenciados ao CRAS. O referenciamento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica ao CRAS possibilita a organização e hierarquização da rede socioassistencial no território, cumprindo a diretriz de descentralização da política de assistência social (BRASIL, 2009, p. 6).

Por sua vez, a Proteção Social Especial, objetiva prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, pessoas em situação de rua, dentre outras. Esta está subdividida em duas modalidades: Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

A PSE de Média Complexidade se aplica quando os direitos já foram violados, mas os vínculos familiares ainda não foram rompidos. E a de Alta Complexidade para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário, buscando garantir proteção integral. Nesta perspectiva deve oferecer atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem.

A PSE de Média Complexidade é executada a partir do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), formado por uma equipe técnica contendo no mínimo: um coordenador; um assistente social; um psicólogo e um advogado. Estes executam suas ações a partir dos seguintes serviços: Serviço de

Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (BRASIL, 2005, p.5).

O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito (BRASIL, 2009, p. 19).

No que tange a modalidade de Alta Complexidade, executa-se um serviço de proteção integral, a fim de garantir a famílias e/ou indivíduos toda a proteção necessária mediante situações de ameaça e de perda da referência familiar e/ou comunitária necessitando privar-se deste convívio. Os serviços<sup>8</sup> que devem ser ofertados por essa proteção, são: Atendimento Integral Institucional, Casa Lar, República, Casa de Passagem, Albergue, Família Substituta, Família Acolhedora, Medidas Socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (Semiliberdade, Internação provisória e sentenciada), trabalho protegido (BRASIL, 2005, p.32).

Em ambos os tipos de proteção reafirma-se a LOAS, estabelecendo-se como princípio um sistema de proteção social proativa, buscando assim não mais considerar os usuários dos serviços de Assistência Social como objetos de intervenção, mas sim como sujeitos de direitos. A referida legislação, em seu artigo 6ºb, dispõe que:

As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistenciais, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou

---

<sup>8</sup> A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), traz as atribuições e características do trabalho de cada um dos serviços relacionados neste parágrafo.

pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Suas, respeitadas as especificidades de cada ação (BRASIL, 1993, p. 15).

A rede socioassistencial indicada no SUAS, é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social sob a hierarquia da Proteção Social Básica e Especial e considerando os níveis de complexidade. Os serviços socioassistenciais são entendidos a partir do Artigo 23 da LOAS<sup>9</sup> (1993, p. 18) como “ atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei”.

O termo “articulação em rede”, um fundamento na concepção sistêmica que orienta a formulação da PNAS (2004), remete a vários sentidos: articulação (amarração, junção, ligação, união); rede (entrecruzamento, entrelaçados, teia, trama), ou seja, ligamentos, vínculos, ações complementares, mas o fundamental é que ao pensar em rede, logo imagina-se uma conexão, ligação entre diversos pontos, sendo esse o significado da palavra, uma conexão entre serviços e órgãos, entre eles por exemplo, a ligação entre as ações do CRAS e CREAS. A existência da rede é de suma importância para que os serviços articulados e conectados busquem meios para que o indivíduo e sua família superem uma determinada situação vivenciada. Desta feita, o que se prevê no Caderno de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (2011), é que:

A articulação na rede socioassistencial se traduz por meio de conexões entre as Unidades do SUAS para que, de forma complementar e continuada, possam atender às demandas dos indivíduos e famílias. Nesse sentido, recomenda-se a definição de fluxos para o relacionamento entre essas Unidades, com vista ao atendimento integrado a fragmentação e/ou a sobreposição das ações. A adoção de fluxos deve subsidiar a prática cotidiana de encaminhamentos e relacionamento entre as Unidades do SUAS no acompanhamento a famílias e indivíduos. Para potencializar esta articulação podem ser utilizadas diversas estratégias, a exemplo de reuniões

---

<sup>9</sup> Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011

entre instituições da rede, capacitações comuns e realização de eventos para a integração entre as equipes (BRASIL, 2011, p.63).

Nesse sentido, entende-se que para potencializar os efeitos dessa articulação é necessário que seja estabelecido um fluxograma para subsidiar o relacionamento entre os serviços, e esse deve funcionar de maneira a criar diversas estratégias, entre elas: reuniões, capacitações, eventos, palestras, fóruns, ou seja, o recurso a qualquer instrumento que favoreça a integração entre as equipes que atuam na rede.

No que se refere aos níveis de gestão, esta articulação está estruturada com outros mecanismos. As ações desenvolvidas a partir do SUAS, são estruturadas por uma gestão compartilhada de serviços, organizando-se sob uma política federativa entre União, Distrito Federal, estados e municípios, o que exige a utilização de instrumentos de cooperação entre as ações federativas, a saber: convênios, consórcios, comissões de pactuação, dentre outros. Essa gestão é dividida em tipos e níveis de gestão, caracterizados como: gestão inicial, gestão básica e gestão plena. A partir dessa divisão, determina-se o valor do piso de proteção social que o município receberá e as competências de cada um deles<sup>10</sup>.

Nessa perspectiva, a base de estruturação aqui apresentada, organiza as ações e o direcionamento que deve ser seguido para que as ofertas dos serviços socioassistenciais previstos sejam desenvolvidas, considerando o funcionamento de cada equipamento e instituição que rege a política de assistência social, entendendo assim, que todos os procedimentos e estratégias são elaboradas buscando a efetivação do SUAS.

---

<sup>10</sup> Não é foco principal deste trabalho a discussão sobre o financiamento das ações vinculadas a política de assistência social, mas cabe expor aqui alguns materiais técnicos e/ou acadêmicos que orientam essa demanda: LOAS (1993); NOB/SUAS (2005); PNAS (2004). Assim como Boschetti (2000); Boschetti (2006); Lanzetti (2007) dentre outros.

### **3. CAPITULO II: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE EM CRUZ DAS ALMAS.**

#### **3.1 O Município de Cruz Das Almas: Aspectos Gerais, Sociais e Econômicos**

O município de Cruz das Almas<sup>11</sup> foi criado em 1897, ao ser desmembrado de São Félix<sup>12</sup>. Situado no Recôncavo Sul do Estado da Bahia, distancia-se a 146 km da capital do Estado, Salvador, podendo ser acessado pela BR 324 e BR 101. Possui área territorial de 145,742 km<sup>2</sup> e população estimada de 64.552 habitantes<sup>13</sup>.

Segundo o último censo demográfico realizado em 2010<sup>14</sup>, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população urbana representava cerca de 85,12% da população total do município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 2,3% em média. Em 2000, este grupo representava 8,9% da população, já em 2010 detinha 10,2% do total da população municipal. O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (- 1,5% ao ano). Crianças e jovens detinham 29,4% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 15.617 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 22,9% da população, totalizando 13.420 habitantes.

O Censo Demográfico de 2010 indicava que o município contava com 6.842 pessoas em situação de extrema pobreza, sendo 2,059 na área rural e 4.783 na área urbana. Em termos proporcionais, cerca de 11,7% da população estava em extrema

---

<sup>11</sup>Diz a lenda que o nome Cruz das Almas faz referência aos antigos tropeiros que passavam pela região, e que, ao chegarem à antiga vila de Nossa Senhora do Bonsucesso, encontravam no centro da vila uma cruz em frente à Igreja Matriz, onde paravam e rezavam para as almas dos seus mortos. Disponível em: <http://www.cruzasalmas.ba.gov.br/cidade> acessado em 09 de março de 2017, as 23h44min.

<sup>12</sup> Os primeiros povoadores do município de Cruz das Almas procederam de São Félix e Cachoeira, no século XVIII. Estes foram atraídos pela qualidade do solo cruzalmense. A emancipação do município ocorreu através da Lei Estadual nº 119, de 29 de julho de 1897.

<sup>13</sup>A área da unidade territorial foi atualizada em 2015 e a estimativa populacional do município foi atualizada no ano de 2016. Ambas informações estão disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acessado 08 de fevereiro de 2017, as 8h22min através do link: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=290980&lang>

<sup>14</sup> No último censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, a população de Cruz das Almas, baseava-se em 58.606 habitantes.



pobreza, com intensidade de 30,1% da população em situação de extrema pobreza residente na área rural e 69,4% na área urbana<sup>15</sup>.

Considerando tais informações, é importante apresentarmos aqui dados referentes ao Programa Bolsa Família (PBF), o qual trata-se de um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de fevereiro de 2017, 4.158 famílias, representando uma cobertura de cerca de 61 % da estimativa de famílias pobres no município, considerando-se os números do Censo IBGE 2010. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 127,37 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 529.590,00 no mês.<sup>16</sup>

No que se refere às condicionalidades impostas para o recebimento desse auxílio, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de novembro de 2016, atingiu o percentual de 91,3%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 3.857 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 4.223. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 86,5%, resultando em 986 jovens acompanhados de um total de 1.140. Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de junho de 2016, atingiu 77,0%, esse percentual equivale a 3.098 famílias de um total de 4.022 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

O Cadastro Único<sup>17</sup> no município, em dezembro de 2016, contabilizou um total de 10.260 famílias inscritas, dentre as quais: 2.347 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00; 2.408 com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; 3.494 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo; 2.011 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

---

<sup>15</sup> Os dados apresentados foram acessados em 08 de fevereiro de 2017, as 00h48, através do link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/Rlv3/geral/index.php>

<sup>16</sup> Os dados apresentados encontram-se disponível no site organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), acessado em 11 de abril de 2017, às 00h 49min. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

<sup>17</sup> O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

Sede da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)<sup>18</sup>, o município recebe estudantes em busca de formação acadêmica e profissional. A UFRB foi criada a partir da desvinculação da antiga escola de agronomia<sup>19</sup>, pertencente a Universidade Federal da Bahia, e desde então tem se destacado como um importantíssimo campo de ensino, pesquisa e extensão. A universidade possui uma estrutura multicampi, alcançando outras cidades do recôncavo, como: Amargosa, Cachoeira, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, e um campus localizado em Feira de Santana.

Além da universidade, Cruz das Almas também sedia a Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, a única das 47 unidades descentralizadas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), localizada no estado da Bahia. Destacando-se como um campo de pesquisa que objetiva proporcionar um crescente melhoramento da qualidade, em busca do aumento da produção e produtividade dos produtos do seu mandato, a saber: mandioca e fruteiras tropicais, dentro dessas, o trabalho com: abacaxi, banana, citros (laranja, tangerina e limão), mamão, e maracujá. Suas pesquisas desenvolvem-se a nível nacional e também com ações internacionais.<sup>20</sup>

A economia do município desenvolve-se em torno da agricultura, destacando-se as plantações de: fumo, laranja, limão tahiti e mandioca. Na produção de fumo, Cruz das Almas é conhecida como a “Capital Baiana do Fumo” isso por ser a maior produtora de tabaco da Bahia e possuir indústrias voltadas para a cultura do fumo, sendo considerada uma das maiores exportadoras da América Latina, distribuindo mais de 1000 toneladas de fumo por ano a países de todo o mundo.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> As informações apresentadas foram acessadas em 11 de abril de 2017, às 01h5min, através do site da Universidade. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/>

<sup>19</sup> A universidade é fruto de um processo histórico iniciado em 1859 com a criação do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, primeira instituição stricto sensu de ensino e pesquisa agropecuária do Brasil, localizado em São Bento das Lages. Em 1920, o Instituto transformou-se na Escola Agrícola da Bahia sendo transferido para o município de Cruz das Almas em 1945. Em 1970 essa escola é incorporada a Universidade Federal da Bahia – UFBA e recebe a denominação de Escola de Agronomia da UFBA. Em 2006, a Escola de Agronomia da UFBA incorporou-se a recém-criada Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, tornando o Curso de Agronomia o maior e mais antigo curso de graduação desta instituição. Acessado em 20 de março de 2017, às 20h52min através do link: <https://www.ufrb.edu.br/agronomia/curso>

<sup>20</sup> As informações neste parágrafo apresentadas foram alcançadas por meio de pesquisa no site da Embrapa e também com contribuição de servidores da empresa. Disponível em: <https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura>

<sup>21</sup> Informações acessadas em 08 de fevereiro de 2017, às 22h40. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/herbario/cruz-das-almas>

Sua economia desenvolve-se também nos campos industriais de calçados (femininos e infantis), recebendo filias de empresas como: Bibi Calçados Nordeste, Solajit Nordeste<sup>22</sup> e Marfim Têxtil<sup>23</sup>. Empresas destaque no campo calçadista e têxtil e que após instaladas no município ofertaram inúmeras vagas de emprego para a população cruzalmense e de cidades circunvizinhas. Uma tradição cultural importante para o município são os festejos de São João. Neste período intensifica-se a movimentação do comércio e conseqüentemente a economia do município, tendo em vista que nessa época são recebidos milhares de turistas, vindos de outras cidades e estados atraídos pelas programações e pela tradicional guerra de espadas de fogo.<sup>24</sup> Em 2012, o Ministério Público Do Estado Da Bahia criminalizou a queima de espadas no município, alegando que a prática desta "brincadeira" traz prejuízos às casas e edifícios públicos durante o período, além de ser perigoso também para integridade física dos envolvidos na fabricação e dos participantes da guerra.

No que tange a administração municipal, atualmente Cruz das Almas possui 12 Secretarias, são elas: Secretaria de Administração; Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente; Secretaria de Esporte Cultura, Turismo e Lazer; Secretaria de Infraestrutura; Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico; Secretaria de Políticas Especiais; Secretaria de Relações Institucionais; Secretaria de Saúde; Secretaria de Serviços Públicos; Secretaria de Trabalho e Assistência Social; Secretaria Municipal da Fazenda; Secretaria Municipal de Educação; além da Superintendência de Trânsito e Transporte, da Controladoria e da Procuradoria Geral.

Objetivando conhecer mais sobre o desenvolvimento da Política de Assistência Social executada no município, é importante destacar aqui informações sobre a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social. Esta foi criada em 1997, buscando desenvolver ações voltadas para o atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, que residem em Cruz das Almas. Considerando-se o processo em curso de estruturação e qualificação da política

---

<sup>22</sup> Solajit Nordeste Componentes Para Calçados Ltda. é uma empresa privada que atua na área de solas e artigos para fabricação de calçados, fundada em 2001.

<sup>23</sup> Marfim Têxtil Bahia Ltda. é uma empresa privada que atua na área de produtos têxteis em geral, fundada em 2003.

<sup>24</sup> A Guerra de Espadas é praticada com fogos de artifício confeccionados com pólvora e barro prensados em um pedaço de bambu maduro e amarrados com cordão de sisal. A guerra acontece quando os espadeiros se reúnem em alguns bairros da cidade e começam a acender e jogar as "espadas" que se movimentam seguindo a pressão ocasionada pelo contato do fogo com o pavio e a pólvora. Mais informações sobre a tradição podem ser acessadas através do link: <https://almanaquecruzalmense.wordpress.com/2015/09/19/as-espadas-de-fogo-do-sao-joao-de-cruz-das-almas-e-a-sua-famosa-guerra-de-espadas-historia-tradicao-e-polemica/>

brasileira de assistência social, o principal objetivo da secretaria municipal é organizar a política em Cruz das Almas, priorizando ações de atenção básica aos cidadãos, com participação da sociedade civil, buscando garantir a proteção social aos que dela necessitam, e promovendo sua inclusão social e o pleno exercício da cidadania.

### **3.2 A Política de Assistência Social em Cruz Das Almas: Breve Apresentação**

Definido a partir da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), como um “sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira” (2005, p. 13), o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), organiza os serviços socioassistenciais desta política de forma articulada entre as três esferas de governo.

Segundo Scherer (2009, p. 283):

A partir da instituição do Sistema Único de Assistência Social – SUAS –, cujo modelo de gestão é descentralizado e inclusivo, deve-se implantar uma lógica de organização das ações socioassistenciais ofertadas mediante um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios. O foco prioritário da Política de Assistência Social é a atenção às famílias, seus membros e indivíduos, tendo o território como base de organização. As ações socioassistenciais deverão ser definidas pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que delas necessitam e pela sua complexidade.

Desta forma, o SUAS passa a incluir um novo olhar na construção e sistematização das ações, serviços, programas e projetos socioassistenciais, abrangendo um processo de reorganização das ações da Política de Assistência Social, tendo como direção a proteção social, a vigilância socioassistencial<sup>25</sup> e a defesa social e institucional dos direitos socioassistenciais<sup>26</sup>, observando a hierarquização de proteção social básica e especial em seus níveis de complexidade. (VILLELA e MUSTAFA, 2009)

---

<sup>25</sup> A vigilância socioassistencial consiste no desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão assumidos pelo órgão público gestor da assistência social para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável. (BRASIL, 2005, p. 19).

<sup>26</sup> Defesa social e institucional constitui como processo de articulação com outras políticas voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. (BRASIL, 2005, p. 19).

Vanzetto (2005), salienta que a implantação do SUAS tem se materializado nas municipalidades. Nesses efetivam-se os diferentes níveis de gestão em que se enquadram, ou seja, gestão inicial, básica e plena. A avaliação dos municípios é realizada pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB) de cada estado, a qual avalia as condições de gestão e habilita ou desabilita os municípios. Assim, de acordo com o porte populacional e o nível de gestão em que se encontram habilitados, devem atender tais requisitos: criar o Conselho Municipal de Assistência Social; instituir o Fundo Municipal de Assistência Social, comprovar alocação de recursos próprios; elaborar o Plano Municipal de Assistência Social; implantar o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e construir equipe técnica própria para o equipamento, em conformidade ao previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e preconizado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

A partir das orientações dispostas na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS, 2005) buscando analisar a abrangência do município de Cruz das Almas, entende-se que o mesmo se caracteriza como município de médio porte, considerando que o seu nível populacional está entre 50.001 a 100.000 habitantes. Desta forma, o município habilita-se a uma rede básica, ou seja, deve oferecer serviços de proteção social básica e especial de média complexidade (neste último caso, considerando-se as ocorrências das situações de risco). Ao nível de Gestão Básica, cabe ao gestor:

(...) assumir a responsabilidade de organizar a proteção básica em seu município, prevenir situação de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições. Por isso tem que se responsabilizar pela oferta de programas, projetos e serviços socioassistenciais que fortaleçam vínculos familiares e comunitários; que promovam os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC e transferência de renda e que vigiem direitos violados no território (BRASIL, 2005, p. 24).

Atendendo aos requisitos designados, Cruz das Almas dispõe dos seguintes conselhos, os quais possuem uma interface direta com a política de assistência social: O Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS)<sup>27</sup>, norteado pela Política Nacional e pelo Plano Municipal de Assistência Social, em consonância com o SUAS, tem em sua composição representantes da sociedade civil e do poder público municipal,

---

<sup>27</sup> Criado a partir da Lei Municipal nº 625 de 01 de julho de 1997.

respeitando assim, o princípio de paridade; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)<sup>28</sup>, que é deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas voltadas para o atendimento à crianças e adolescentes; e Conselho Tutelar (CT)<sup>29</sup>, um dos instrumentos mais importantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente; O Conselho Municipal de Juventude (COMJV)<sup>30</sup> e Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher (CMDDM)<sup>31</sup>.

A atual gestão do município<sup>32</sup> está formando mais dois conselhos: Conselho Municipal do Idoso, órgão deliberativo, fiscalizador, consultivo e normativo da Política Municipal do Idoso, de composição paritária, que tem como missão, formular, para fins de aprovação pelo Poder Executivo, política de ação municipal destinada a apoiar e integrar a pessoa idosa em sentido amplo; e Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, o qual busca orientar a implantação de programas sociais ligados à alimentação, estabelecendo diretrizes e prioridades.

Destarte, cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social colaborar com a elaboração da política, bem como acompanhar e controlar sua execução, regulando a prestação de serviços referentes à assistência social, inclusive em articulação com os demais conselhos do município e os conselhos de assistência social das outras esferas governamentais.

No que se refere aos conselhos municipais de assistência social, dentre outras competências, devem inscrever e fiscalizar a rede socioassistencial e as organizações de âmbito municipal, servindo como espaço em que a população deve se apropriar e utilizar para fazer prevalecer o direito social, de modo a combater as focalizações provenientes dos interesses neoliberais, posicionando-se contra os recortes focalistas na execução das políticas públicas e adotar a perspectiva do direito, sempre com o caráter de universalidade.

---

<sup>28</sup> Lei Municipal nº 2162/2010. A composição deste conselho venceu no dia 24 de fevereiro de 2017, e está em processo de nova reestruturação. Tal demanda ainda não foi atendida porque depende da nova estruturação do conselho estadual que ainda se encontra em processo de formação.

<sup>29</sup> Criado a partir da Lei Municipal Nº 627/97.

<sup>30</sup> O conselho foi criado em dezembro de 2009 a partir da Lei Municipal 2110/2009. Informações acessadas em 11 de abril de 2017, as 11h04 min. Disponíveis através do link: [http://comjuvcruzdalamas.blogspot.com.br/p/sobre-o-comjuv.html](http://comjuvcruzdalalmas.blogspot.com.br/p/sobre-o-comjuv.html)

<sup>31</sup> Durante a pesquisa não se teve conhecimento sobre a Lei Municipal de criação deste Conselho. A única informação adquirida foi que este está ativo desde 2008.

<sup>32</sup> Após eleição realizada em 2016, foi eleito uma nova gestão para a administração do município do durante o período de 2017 a 2020.

Alcançando os níveis de proteção executados no município, no que se refere a proteção social básica, conta-se com a implantação do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.

De acordo com as orientações dispostas na NOB/SUAS (2005), a quantidade de CRAS, estrutura-se conforme o porte do município:

Pequeno Porte I – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas;  
Pequeno Porte II – mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas;  
Médio Porte – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;  
Grande Porte – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;  
Metrópoles – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas. (NOB/SUAS, 2005, p. 25)

Ainda que considerado como município de médio porte, por questões de recurso, planejamento e demanda, Cruz das Almas, possui apenas um CRAS. Este trata-se de um equipamento público municipal, co-financiado pelo Governo Federal e Estadual, e coordenado pela Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social de Cruz das Almas.

O CRAS do município foi inaugurado em agosto de 2005, como uma importante porta de entrada aos serviços de proteção social básica do SUAS às áreas com propensão a vulnerabilidade e risco social do município, podendo descentralizar o atendimento às famílias e indivíduos e possibilitar uma ampliação no acesso dos usuários aos serviços socioassistenciais ofertados. O equipamento tem cerca de 2.325 (duas mil, trezentos e vinte e cinco) famílias referenciadas atendendo uma perspectiva de 600 famílias por mês.

Seguindo as Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social (2009), elaboradas para estruturação do equipamento, dispõe-se que este deve ser localizado em áreas onde concentram-se famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. Desse modo, o CRAS do município, funciona em um espaço alugado pela prefeitura, localizado na rua Otávio Mangabeira, s/ nº, no bairro Itapicuru. Trata-se de uma área afastada do centro da cidade, alcançando um território de abrangência com um considerável índice de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Tal localização, distante do centro e de outras áreas de abrangência, faz com que a maioria das famílias atendidas mensalmente seja apenas as que residem

próximos ao local onde o equipamento está estruturando. Parte daí a necessidade do município, já estando autorizado a referenciar um outro CRAS, atender a demanda reprimida.

Caracterizando o espaço físico do equipamento, conta-se como: uma sala de auditório; uma sala de recepção; uma sala para atendimento psicossocial; uma sala de coordenação; uma sala de atendimento para crianças; um banheiro; uma copa e uma ampla área externa, a qual são feitas as confraternizações, palestras, e demais atividades.

A equipe de referência formada para a prestação de serviços e execução das ações do CRAS, é composta por: uma coordenadora; duas assistentes sociais; uma psicóloga; duas pedagogas; um auxiliar administrativo; uma merendeira; um guarda; um auxiliar de serviços gerais; entre outros profissionais, os quais são os instrutores de Educação Física, dança, atividades lúdicas e artesanato, formando a equipe que desenvolve as atividades com os grupos sociais.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) define e detalha os três serviços a serem executados pelo CRAS: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos.

Segundo o Guia de Orientação Técnica – SUAS Nº 1 – para Proteção Social Básica de Assistência Social (BRASIL, 2005), as ações dos serviços prestados pelo PAIF, ofertados no CRAS, são: entrevista familiar; visitas domiciliares; palestras voltadas à comunidade e às famílias referenciadas; oficinas de convivência e de trabalho socioeducativo; ações de capacitação profissional e promoção e inserção produtiva, através de cursos profissionalizantes que estimulam a geração de renda; campanhas; encaminhamento e acompanhamento de famílias e seus membros e indivíduos; reuniões; articulação e fortalecimento de grupos sociais locais; atividades lúdicas nos domicílios com famílias em que haja criança com deficiência; produção de material para capacitação e inserção produtiva, para oficinas lúdicas e para campanhas socioeducativas (BRASIL, 2005, p. 19).

Diariamente são atendidas diversas demandas dos usuários da assistência social, que chegam espontaneamente ou por encaminhamentos de outras instituições ou pela própria comunidade. Sendo realizado atendimentos que buscam atender a



demandas solicitadas, considerando a pertinência e em conformidade com o perfil do usuário dos programas, serviços e benefícios.<sup>33</sup>

Na sessão III da LOAS (1993, Art. 23), os serviços socioassistenciais estão definidos como "(...) as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei."

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), são desenvolvidos em grupos que buscam:

(...) ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (BRASIL, 2009b, p.14).

Os SCFV se organizam por faixa etárias. Assim são grupos formados por crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, e grupos de idosos (60 anos ou mais). Contudo, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, deve prever também "o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros" (BRASIL, 2009, p. 14).

Segundo a publicação do Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Social:

Um grupo é mais do que a união de indivíduos ou a simples presença de pessoas numa sala, como por exemplo, pessoas numa sala de espera de um consultório ou na fila de um banco não constituem, necessariamente, um

---

<sup>33</sup> No decorrer desta pesquisa foram realizadas algumas conversas informais com profissionais que trabalharam no equipamento. A partir dessas alcançou-se as informações expostas neste parágrafo.

grupo. Um grupo requer relação entre seus membros, constituição de vínculos e o desenvolvimento do sentimento de pertença (Brasil, 2012, p. 53).

Em Cruz das Almas, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem extensões, na zona rural e urbana. Há dois núcleos na zona rural, sendo um na Piabas e um em Baixa de Toquinha, e os da zona urbana localizam-se no Itapicuru (sede do CRAS) e na rua Rio Branco. Há também um SCFV com pessoa idosa, conhecido com Grupo Bom Viver, que funciona na Sociedade dos Artífices. Atualmente está em planejamento a implantação de um SCFV na Pestalozzi, visando o trabalho com pessoas com deficiência. Todos os núcleos promovem para as diversas faixas etárias, atividades como: aula de música, aula de dança, atividade física, artesanato, passeios e palestras.

Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos.

No que tange a proteção social especial de média complexidade, o município possui um Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Este equipamento foi implantado no município de Cruz das Almas em 24 de outubro de 2006, na Rua Rio Branco (antiga estrada de ferro), com objetivo principal de atender a população que se encontra sujeita as mazelas da questão social. Tal localização atinge as exigências previstas nas Orientações Técnicas para localização do equipamento a qual dispõe que este deve localizar-se em local estratégico, prioritariamente de fácil acesso à população a ser atendida (BRASIL, 2011).

O referido equipamento passou por uma reforma no ano de 2015. Essa reforma era necessária para que o equipamento adequasse a estrutura para receber a todos os usuários, proporcionando também mais acessibilidade as pessoas com deficiência. A reinauguração no equipamento aconteceu no dia 12 de novembro de 2015, quando recebeu o nome de CREAS Luiza Souza Amorim, homenagem a uma moradora que residiu durante cinquenta anos no bairro onde se localiza o equipamento.

No âmbito da proteção social especial, o CREAS é o equipamento é responsável pela oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a

Famílias e Indivíduos (PAEFI). Tal serviço é destinado ao atendimento assistencial de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, pessoas em situação de rua, trabalho infantil, entre outros. Tendo por objetivo a prestação de serviços, bem como a oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento aos indivíduos ou famílias com um ou mais membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Buscando ainda fortalecer as redes de apoio à família; contribuir no combate aos estigmas e preconceitos, assegurando proteção social as pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social; prevenir o abandono e a institucionalização; fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família.

As demandas atendidas pelo equipamento são com famílias e Indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de: Violência física, psicológica e negligência; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/ etnia; outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminação/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; violência Sexual; abuso e/ou exploração sexual; afastamento do Convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; pessoas em situação de rua e mendicância; abandono; e vivência de trabalho infantil. A principal demanda de atendimento no CREAS de Cruz das Almas, é de negligência a pessoa idosa.<sup>34</sup>

Considerando as demandas abordadas pelo equipamento, os atendimentos necessitam de maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e individualizada através de um acompanhamento sistemático e monitorado. Esses são desenvolvidos através do: Serviço de Orientação e Apoio Sociofamiliar; Plantão Social; Abordagem de Rua; Cuidado Domiciliar; Serviço de Habilitação e Reabilitação na Comunidade das Pessoas com Deficiência; Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA) (PNAS, 2004. p. 32).

Conforme define o Caderno de Orientações desenvolvido pela Secretaria Nacional de Assistência Social, o CREAS deve ser estruturado de maneira que

---

<sup>34</sup> Esta informação foi adquirida a partir da vivência do Estágio Supervisionado desenvolvido no referido equipamento no período de agosto de 2015 a maio de 2016.

promova uma acolhida adequada e escuta qualificada aos usuários, o ambiente físico do CREAS deve ser acolhedor e assegurar espaços para a realização de atendimentos familiar, individual e em grupo, em condições de sigilo e privacidade. Para isso, recomenda-se que seja implantado em edificação que disponha dos espaços essenciais para o desenvolvimento das suas atividades, não devendo, portanto, ser implantado em local improvisado. Assim, a infraestrutura física do CREAS deve ser compatível com os serviços ofertados, recursos humanos disponíveis e capacidade instalada para atendimento às demandas que emergem no seu território de abrangência.

Como já informado, o CREAS de Cruz das Almas passou por uma reforma justamente para se enquadrar nas orientações técnicas solicitadas para o funcionamento adequado do equipamento. Contendo a partir de então: uma recepção, uma sala para atendimento preferencial para atendimento de pessoas com deficiência e pessoas idosas; um banheiro também adequado as normas de acessibilidade; uma sala de coordenação; uma sala para a Assistente Social que eventualmente é dividida com o Advogado; uma sala para atendimento psicológico e atendimento da psicopedagoga; uma cozinha; um espaço de recreação; dois banheiros e um espaço para reuniões. Todos esses espaços são sinalizados como indispensáveis para o bom desempenho das atividades propostas pelo equipamento.

No que tange a equipe técnica, constituindo-se como elemento fundamental para a efetividade do trabalho e para a qualidade dos serviços prestados pelo equipamento, a vinculação dos profissionais com a família/indivíduo constitui um dos principais elementos que qualificam a oferta do trabalho social especializado.

A partir dos parâmetros previstos na NOB-RH/SUAS (2005) relativos à equipe de referência do CREAS, os recursos humanos da unidade são dimensionados, considerando os serviços ofertados, a demanda por acompanhamento especializado e a capacidade de atendimento das equipes.

Assim, o CREAS de Cruz das Almas dispõe de uma equipe multidisciplinar formada por: um assistente social; um assistente administrativo; dois auxiliares de serviço geral; uma coordenadora; uma educadora social; uma pedagoga; uma psicóloga e um porteiro. Inclui-se também um advogado, mas este não é exclusivamente do CREAS. Trata-se de um profissional vinculado à Secretaria de Assistência Social do município e que, de acordo com as solicitações e demandas, é requisitado pela equipe técnica do equipamento.

A oferta de trabalho social nos CREAS pressupõe a utilização de diversas metodologias e técnicas necessárias para operacionalizar o acompanhamento especializado. Requer, ainda, a construção de vínculos de referência e confiança do usuário com a Unidade e profissionais da equipe, além de postura acolhedora destes, pautada na ética e no respeito à autonomia e à dignidade dos sujeitos. Nesse contexto, a escuta qualificada em relação às situações e sofrimentos vivenciados pelos usuários tornam-se fundamentais para o alcance de bons resultados e a viabilização do acesso a direitos.

Analisando a objetividade dos equipamentos da proteção básica e especial de média complexidade presentes no município, é extremamente fundamental que ambos mantenham uma constante articulação entre eles ou com qualquer outro equipamento da rede socioassistencial. Assim, por exemplo, quando os indivíduos e famílias que forem atendidos no CREAS necessitarem acessar serviços, programas e benefícios de transferência de renda como: Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada (BPC), sejam feitos os encaminhamentos necessários para tal efetivação. Do mesmo modo, como quando o CRAS detecta alguma situação de maior complexidade, encaminhe o usuário para o CREAS, buscando sempre a efetividade da garantia de direitos, e sendo feita assim a relação de referência e contrarreferência.

Além do CREAS, equipamento responsável pela proteção social especial de média complexidade, o município conta com o Lar dos Idosos, sendo este um equipamento representativo da proteção social especial de alta complexidade. Tal enquadra-se na modalidade de acolhimento, recebendo pessoas idosas com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência. De natureza provisória e excepcionalmente de longa permanência quando esgotadas as possibilidades de auto sustento e convívio com os familiares. Tendo como usuário dos serviços: Idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família; em situação de rua e de abandono; com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e com vivência de situações de negligência familiar, institucional, de autonegligência, abusos, maus tratos e outras formas de violência (BRASIL, 2009, p.33)<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Considerando que este trabalho não busca aprofundar os estudos sobre este equipamento, buscou-se em pesquisa apenas algumas informações sobre ele para expor qual a abrangência do município no que tange a proteção social de alta complexidade.

Outro importante equipamento disponível no município é o Centro Regional de Referência da Mulher Maria Joaquina<sup>36</sup> enquanto um serviço especializado de atendimento à mulher em situação de violência no Recôncavo Baiano. Tal equipamento foi implementado a partir da Secretaria de Políticas Especiais do município. O intuito inicial era que fosse um centro municipal, mas depois de constantes lutas e contratempos, a estruturação deste só foi possível a partir do pensar-se como um centro regional. Servindo como referência para: Santo Amaro, Cruz das Almas, São Francisco do Conde, Muritiba, Governador Mangabeira, Maragojipe e Saubara. Esses municípios fazem parte do projeto de implementação do Centro, vinculando-se através de parcerias e convênios.

A rede socioassistencial aqui evidenciada, estrutura o conjunto integrado de ações que operam benefícios, serviços, programas e projetos para o enfrentamento efetivo das distintas manifestações da questão social vivenciadas cotidianamente. Tal objetividade só é conquistada a partir da articulação entre os equipamentos, e assim possibilitando alcançar a garantia dos níveis de proteção social executados no âmbito municipal. Neste sentido, é indispensável manter essa relação entre os equipamentos e, sobretudo, entre os profissionais executores da política de assistência social, estes entendendo seu papel para consolidação da rede.

Nesta direção, é importante que a gestão municipal entenda que seu trabalho se estende a todos os cidadãos usuários da política, independentemente de onde esses estejam. Compreendendo assim que cada equipamento tem uma função essencial para o desenvolvimento dos serviços ofertados e que a interação entre eles é indispensável para consolidação dos atendimentos em busca da defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais. Agindo desse modo, o município terá resultados positivos no que tange ao funcionamento da rede socioassistencial, fazendo com que, de fato, os equipamentos presentes no município, sejam reconhecidos como uma rede de proteção.

---

<sup>36</sup> Vinculado à Secretaria Municipal de Políticas Especiais, o Centro Regional de Referência da Mulher Maria Joaquina (CRRMMJ), está situado na Rua Desiderio Brandão, Nº 180, no centro da cidade de Cruz das Almas-BA, tendo o atendimento diário de segunda à sexta, das 8h às 12h e das 14h às 17h.

## **4. CAPITULO III: APONTAMENTOS SOBRE A ARTICULAÇÃO ENTRE OS EQUIPAMENTOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE: PEQUISA DE CAMPO**

### **4.1 Procedimentos Metodológicos e Categorias de Análise**

Considerando o objeto de estudo, as motivações e pressupostos que nortearam esta pesquisa, buscou-se alcançar o trajeto metodológico que melhor se adequasse às indagações propostas, considerando que “o que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe onde se quer chegar” (GOLDENBERG, 2004, p. 14).

A metodologia poder ser compreendida como um caminho que se percorre no processo de fazer ciência. Trata-se do cuidado de escolher os procedimentos e as ferramentas corretas para alcançar uma convicta abordagem da realidade. Assim, “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador” (MINAYO, 1994, p. 16).

Desta forma, entendendo que a realidade não se apresenta de forma estática, mas ao contrário, é dinâmica e repleta de contradições com nuances que a todo instante se modificam e fazem um novo significado à realidade elegeu-se o método dialético para desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que:

Esse método de apreensão da realidade social não se atém a procedimentos de raciocínio apologéticos ou contemplativos, mas tem como premissa a construção de um saber que se põe em primeiro momento às condições sociais reais do homem e suas formas de existência (LARA, 2007, p. 79).

Desse modo, o método dialético possibilita refletir sobre o trabalho socioassistencial executado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), frente aos desafios do cotidiano.

Para tanto, partiu-se dos seguintes objetivos: compreender o sistema de Proteção Social exercido no município no que se refere a Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade; verificar como se dá a articulação do trabalho desenvolvido nos equipamentos CRAS e CREAS na execução da política de assistência social no município; identificar quais os desafios postos à equipe frente os objetivos estabelecidos para os equipamentos; e relacionar os mecanismos e instrumentais utilizados no exercício profissional. Optou-se, portanto, por uma pesquisa exploratória e do tipo qualitativa, a fim de compreender como se dá essa articulação no cotidiano dos profissionais que formam as equipes técnicas dos equipamentos, considerando os fenômenos que circundam a realidade, na busca pela garantia da proteção social em seus níveis de complexidade. De acordo com Goldenberg (2004, p.49), “os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social”. Simultaneamente, constitui-se uma pesquisa exploratória apoiada em investigação bibliográfica e documental.

Exposta a natureza investigativa desta monografia, ressalta-se neste momento, que como técnica utilizada para pesquisa de campo, escolheu-se a entrevista semiestruturada, a qual possibilita combinar “perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2008, p. 64), além de permitir uma maior liberdade ao entrevistado de discorrer sobre a temática sem o gesso de respostas pré-estabelecidas, concedendo ao entrevistador um maior número de informações colhidas. Tal estratégia ajuda a obter informações sobre o que os sujeitos da pesquisa sabem, sentem, e suas explicações sobre a realidade na qual estão inseridos.

Neste sentido, foram elaborados dois roteiros de entrevista<sup>37</sup>, um específico para os coordenadores, objetivando entender sobre as demandas específicas da gestão, e outro para equipe técnica, contendo questões relacionadas à vivência dos profissionais no período trabalhado nos equipamentos. Para execução das entrevistas escolheu-se os profissionais que integram as equipes interdisciplinares presentes nos equipamentos, sendo esses: dois coordenadores e dois assistentes sociais, sendo um

---

<sup>37</sup> No apêndice deste trabalho, encontram-se os roteiros da entrevista composto por questões abertas e fechadas.



de cada e equipamento. Além de um psicólogo e um profissional de psicopedagogia, tendo, estes últimos, trabalhado nos dois equipamentos. Portanto, entrevistou-se um total de seis profissionais.

Depois da pré-banca, onde foram apresentadas algumas questões deste trabalho, foi sugerido estabelecer três categorias de análise, são elas: cotidiano, interdisciplinaridade e articulação. A partir deste momento o roteiro de entrevista foi dividido em quatro partes. A primeira foi elaborada com questões fechadas buscando conhecer o perfil dos entrevistados, e deste modo fazer um levantamento dos profissionais que compunham as equipes técnicas. A segunda propõe inteirar-se sobre o trabalho específico de cada profissional em suas funções e deste modo analisar o conhecimento dos profissionais acerca dos objetivos de cada equipamento; conhecer os instrumentos utilizados e as demandas específicas de cada um deles no cotidiano; e saber qual a avaliação destes sobre a realidade vivenciada nos equipamentos.

Destarte, pensar as ações executadas nos equipamentos, evidenciados nesta pesquisa e as atribuições previstas a cada membro das equipes no espaço do cotidiano do exercício profissional, dá margem ao processo reflexivo de compreender os significados de cada profissão e de como esses emergem sobre eles mediante sua atuação nos espaços ocupacionais das instituições, reinventando seus significados nas dimensões que envolvem o seu trabalho.

Ao se discutir sobre estas repercussões na vida do ser social, Heller (2000) apresenta a vida cotidiana como a *vida de todo homem* no sentido de que são as ações cotidianas que nos conectam com nossa essência humano-genérica. Nesta concepção, o ser participa da vida cotidiana na sua integralidade e com todos os aspectos que dizem respeito a sua individualidade e personalidade, ou seja, o homem põe em ação todos os seus sentidos e capacidades.

Assim, Heller (2000) destaca no que se refere a sua significação e conteúdo, que o cotidiano é *heterogêneo e hierárquico*. A autora afirma que a heterogeneidade envolve em grande medida a realidade cotidiana, pois o homem possui uma imensidão de atividades, ou seja, partes de sua vida que se complementam. “São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (HELLER, 2000, p.32). Do mesmo modo, diante desta diversidade de atividades, em determinados momentos da vida privilegia-se algumas em detrimento de outras, haja

vista que “a forma concreta da hierarquia não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais” (HELLER, 2000, p. 32). Ambos os aspectos coincidem de modo que a heterogeneidade dê margem para que a hierarquia espontânea se mantenha em movimento.

A cotidianidade é o espaço de inserção do homem, por essa razão o gênero humano adquire as habilidades necessárias para viver em sociedade e é através disso que “se evidencia que a assimilação da manipulação das coisas é sinônimo de assimilação das relações sociais” (HELLER, 2008, p.33).

A partir de tais considerações, segue-se para a terceira parte a ser analisada. Esta objetiva saber como acontece a relação interdisciplinar estabelecida durante as ações executadas pela equipe.

Considerando os diversos campos de conhecimento existente dentro dos equipamentos, entende-se que a noção de interdisciplinaridade parte dessa fragmentação do saber originada a partir dos “profissionais cada vez mais especializados, cujas competências isoladas não conseguem atender às exigências e complexidades dos problemas atuais” (ELY, 2003, p.114). Assim sendo, esta interdisciplinaridade só existe a partir da formação das equipes de trabalhos, porque essas são constituídas de profissionais com diversas qualificações os quais “interagem de forma a estabelecerem uma troca intensa, pautada em objetivos comuns, com interdependência, coesão e cooperação” (ELY, 2003, p.114).

Em tal relação, entende-se que o diálogo e a interação presente no cotidiano profissional fazem a diferença para execução de ações conjuntas em busca da efetivação dos serviços previstos para cada equipamento, haja visto que cada profissional dentro do seu saber teórico-metodológico tem muito a contribuir com a totalidade da intervenção. Assim,

(...) o conhecimento interdisciplinar deve ser a lógica da descoberta, uma abertura recíproca, uma comunicação entre os domínios do saber, deveria ser uma atitude, que levaria o perito a reconhecer os limites do seu saber para receber contribuições de outras disciplinas. Toda ciência seria complementada por outra e a separação entre as ciências seria substituída por objetivos mútuos. Cada disciplina dá sua contribuição preservando a integridade de seus métodos e de seus conceitos. (SAMPAIO, 1989, p. 83 apud ELY, 2003, p. 115)

Para Fazenda (2002) “ser interdisciplinar é superar a visão fragmentada não só das disciplinas, mas de nós mesmos e da realidade que nos cerca, visão esta que foi condicionada pelo raciocínio técnico”. Tais considerações apresentam a necessidade de que cada profissional da equipe busque a superação da fragmentação de si mesmo, da realidade que intervém e especialmente do sujeito alvo desta intervenção, bem como ter clareza do seu objeto de intervenção, entendendo que:

(...) uma atuação interdisciplinar é, portanto aquela que possibilita a interlocução horizontal entre os diversos saberes e práticas, sem desconsiderar as particularidades de cada profissão, nem a natureza da contribuição de cada um dos sujeitos (FAZENDA, 2003, p.39).

Considerando as várias definições e o entendimento dos autores citados no que se refere à interdisciplinaridade, entende-se que esta vai além de meras aproximações disciplinares, mas como construções e relações dialogadas entre os saberes, implicando na articulação de conhecimentos entre os profissionais. É com base nesses fundamentos que se pode compreender melhor, os níveis de atuação e as correlações entre os saberes.

E a quarta divisão do roteiro de entrevista, adentra mais no que é a principal questão de investigação desta pesquisa, qual seja buscar entender como se dá a articulação entre os equipamentos da rede socioassistencial do município, especificamente os que são foco neste trabalho, CRAS e CREAS, a partir da visão dos profissionais.

O entendimento de articulação aqui evidenciado, refere-se a junção, ligação e interação estabelecida entre os equipamentos componentes da rede socioassistencial do município. A descentralização com comando único previsto no sistema SUAS direciona os serviços para diversos equipamentos e/ou instituições que executam suas ações em busca da garantia dos níveis de proteção. Essa divisão não desassocia os equipamentos, mas os organiza para uma prestação de atendimentos hierarquizados, considerando seus níveis de complexidade.

O termo “rede” pode ser definido a partir do dicionário da língua portuguesa, como uma noção de entrelaçamento de fios com aberturas regulares, capazes de formar uma espécie de tecido. A partir de tal definição, a palavra rede foi ganhando novos significados, caracterizando-se desde então nas mais diferentes situações. Segundo Olivieri (2003, p. 1), o conceito de rede transformou-se em uma alternativa de organização, capaz de possibilitar e responder às demandas de flexibilidade, conectividade e descentralização das esferas de desempenho e articulação de diversas ações.

Nesta perspectiva a definição de “ação em rede”, executada na política de assistência social, e de uma forma geral nas demais políticas públicas, traz um conceito de rede que tem sido utilizado para definir um modelo de ação baseado na complementação das atividades oferecidas a partir da multiplicidade dos atores envolvidos na execução desta política. Desse modo, pode-se considerar a rede como um conjunto de nós conectados, em que cada um desses nós, representa os equipamentos e suas funções, caracterizando os interesses, objetivos e valores compartilhados. Sobre esta questão Junqueira (2004, p. 29) afirma que: “nas redes, os objetivos definidos coletivamente articulam pessoas e instituições que se comprometem em superar de maneira integrada os problemas sociais”.

Nesse sentido, o autor defende que as redes são estratégias de gestão social estabelecida sob os princípios de intersetorialidade e descentralização capazes de agregar as ações exercidas por cada equipamento de uma mesma base territorial, objetivando, de maneira integrada, atender as demandas advindas das manifestações da questão social.

A partir de tais considerações, entende-se que em uma rede os pontos precisam estar bem “enlaçados”, ou seja, integrados e articulados para que a rede consiga cumprir o seu papel, a sua função, ou seja, a rede de atendimento socioassistencial estará sendo tecida na proporção direta da interação e articulação de seus diversos pontos, ou seja, das diversas ações desenvolvidas pelos equipamentos que integram o SUAS, buscando alcançar a efetividade dos níveis de proteção.

Destacadas as categorias a serem analisadas nessa pesquisa, cabe ressaltar que a partir da escolha dos participantes e após contatar-se com os mesmos, foram entregues duas vias (uma via para o entrevistador e outra para o entrevistado) do Termo de Consentimento, contendo nele informações sobre a pesquisa e

esclarecendo para todos os participantes acerca da preservação da identidade e do livre arbítrio de responder ou não às questões, assim como, a possibilidade de desistência a qualquer momento da pesquisa.

## 4.2 Perfil dos Entrevistados

Exposto o percurso metodológico pelo qual essa pesquisa foi realizada, destaca-se neste momento o perfil dos profissionais entrevistados. Como já salientado, foram entrevistados seis profissionais<sup>38</sup>, todos do sexo feminino. No que se refere ao estado civil, três estão solteiras e três casadas. Em relação a idade, três possuem entre 24 a 29 anos; um entre 36 a 41 anos, uma entre 30 e 35 anos e uma entre 46 a 50 anos. Referente a cor/etnia, duas se declaram brancas e quatro pardas.

No que diz respeito ao vínculo trabalhista das profissionais com os equipamentos, todas atuaram entre menos de um ano até seis anos. Vinculadas em sua maioria por regime de contrato sem carteira assinada, com carga horária entre 21 a 40 horas semanais. Em relação a remuneração destes profissionais, a faixa salarial é de até dois salários mínimos. Dos seis profissionais, apenas duas declaram realizar outra atividade laboral (outro *tipo* de atividade ou tem outro emprego na mesma profissão), as outras quatro exercem exclusivamente as atividades vinculadas ao exercício profissional realizado no equipamento.

Entrevistado	Tempo de Trabalho	Vínculo Trabalhista	Carga Horária
1	De 4 a 6 anos	Servidora Pública	40h
2	De 1 a 3 anos	Contrato sem Carteira Assinada	40h
3	De 4 a 6 anos	Contrato com Carteira Assinada	21h a 30h

<sup>38</sup> A fim de preservar o anonimato dos entrevistados, estes serão identificados através de números, a saber: Entrevistada 1 e Entrevistada 2 sendo respectivamente as Coordenadoras do CRAS e do CREAS; Entrevistada 3 e Entrevistada 4 sendo respectivamente as Assistentes Sociais do CRAS e do CREAS; Entrevistada 5, a Pedagoga; e Entrevistada 6 a Psicóloga.

4	Menos de 1 ano	Contrato sem Carteira Assinada	21h a 30h
5	De 1 a 3 anos	Contrato sem Carteira Assinada	21h a 30h
6	De 1 a 3 anos	Contrato sem Carteira Assinada	21h a 30h

Nas informações expostas, é possível perceber que a maioria dos profissionais das equipes técnicas são vinculados aos equipamentos por meio de contratos de trabalho, ou seja, são empregos com tempo determinado de contratação, haja visto que esses são vinculados a prefeitura e assim não se tem uma garantia de estabilidade. Esse tipo de vínculo empregatício é muito comum, pois, muitas vezes é a única alternativa para os profissionais que buscam atuar no mercado de trabalho, considerando que a oferta de concursos públicos para contratação de servidores efetivos é escassa. No entanto este vínculo temporário acaba muitas vezes fragilizando a execução dos serviços socioassistenciais estabelecidos na rede, isso porque entende-se que este não possibilita manter uma continuidade nos serviços no que tange a atenção e aproximação dos profissionais com os usuários da política de assistência social.

Ainda com relação ao perfil das entrevistadas, aponta-se que quatro possuem formação em Serviço Social, uma em Pedagogia e uma em Psicologia. Estas têm em média de quatro a dez anos de formadas. Quatro delas são oriundas de faculdade particular, sendo duas vinculadas a modalidade presencial e duas de educação à distância; e duas oriundas de universidade pública. Durante o período de graduação, 04 delas informaram ter participado de atividades de extensão, estágio obrigatório e não obrigatório e outros eventos científicos. Tais profissionais declaram buscar uma formação continuada, por meio de especializações e cursos de capacitação.<sup>39</sup>

<b>Profissional</b>	<b>Graduação /Modalidade</b>	<b>Tempo de Formada</b>	<b>Atividades Complementares</b>	<b>Pós-graduação</b>
Assistente Social	Faculdade Privada/ EAD	De 4 a 6 anos	Sim	Cursos de Capacitação

<sup>39</sup> Algumas informações aqui expostas mesmo não sendo respondidas através do roteiro da entrevista, foram adquiridas através de conversa informal com os participantes da pesquisa.

Assistente Social	Universidade Pública/ Presencial	De 4 a 6 anos	Sim	Cursos de Capacitação
Pedagoga	Faculdade Privada/Presencial	Acima de 10 anos	Sim	Especializações e Cursos de Capacitação
Psicóloga	Faculdade Privada/ Presencial	De 1 a 3 anos	Sim	Especialização
Coordenadora	Serviço Social/ Faculdade Privada/ EAB	De 7 a 9 anos	Não informado	Especialização
Coordenadora	Serviço Social/Universidade Pública	De 4 a 6 anos	Não informado	Cursos de Capacitação

Considerando tais informações, identifica-se dentro dos equipamentos analisados neste trabalho, uma das principais características da formação das equipes interdisciplinares, que é a diversificação de saberes onde a interação desses complementa o desenvolvimento das intervenções que objetivam alcançar a efetivação dos serviços socioassistenciais desenvolvidos nos equipamentos. Além de evidenciar a busca dessas por capacitações e especializações, escolhas que demonstram o interesse em estarem, a cada dia, mais capacitadas para o exercício profissional.

#### **4.2.1 Trabalho específico de cada profissional em sua função**

Para o desenvolvimento efetivo das ações executadas, é de suma importância que todos os profissionais tenham conhecimento teórico e técnico do objetivo de cada equipamento ao qual estão vinculados. Neste sentido, buscando conhecer a aproximação dos profissionais com o seu local de trabalho indagou-se a respeito dos objetivos específicos do equipamento ao qual são vinculados, obtendo as seguintes respostas:

**Entrevistada 1:** Prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários.

**Entrevistada 2:** A função básica do CREAS em suma é trabalhar com o serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI). Nesse trabalho especializado busca-se estimular que se refaçam os vínculos afetivos familiares e trabalhar na perspectiva de garantir o acesso dos usuários que sofreram algum tipo de violência/ violação a seus direitos, na perspectiva de que não haja a recorrência do (s) fenômeno (s) dentro outras coisas.

**Entrevistada 3:** Fortalecer os vínculos familiares e comunitários com foco principal em famílias que necessitam da Assistência Social, seja por dificuldades financeiras, sociais ou emocionais; Informar e garantir os direitos sociais; Buscar a prevenção de situações de risco social; Articular e fortalecer a rede de Proteção Social Básica local; Promover o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idoso.

**Entrevistada 4:** O CREAS tem por objetivo a oferta de serviços especializados a indivíduos (crianças, adolescente, mulheres, idosos, pessoas com deficiência) e famílias que sofrem violência ou tem seus direitos violados (...).

**Entrevistada 5:** Proporcionar e garantir a inclusão com dignidade dos cidadãos que se encontravam em situação de vulnerabilidade e/ou situação de risco, em busca da própria autonomia profissional e pessoal, fortalecendo assim, vínculos afetivos nas relações familiares e comunitárias visando o empoderamento social.

**Entrevistada 6:** (...) O CRAS busca prevenir a ocorrência de situações de riscos sociais através do desenvolvimento e monitoramento das famílias com atividades que promovam o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, aumentando o acesso aos direitos da cidadania e o CREAS trabalha com situações de violência nas famílias, pessoas que tiveram seus direitos violados, por isso tem caráter protetivo (...).

Assim percebe-se que os profissionais entendem as funções estabelecidas para cada equipamento e conseguem identificar a importância de cada um deles para o enfrentamento das manifestações da questão social evidenciadas cotidianamente, como pode ser observado a partir da seguinte contribuição:

A ideia é que esse conjunto de equipamentos públicos do SUAS, que operam a política de assistência social nos municípios, possam em seu conjunto de equipes identificar as pessoas que ainda não têm acesso a políticas públicas e orientá-las e encaminhá-las para que ocorra esse acesso que é um direito de todos os cidadãos, para que seja possível o protagonismo social das mesmas. (Entrevistada 6)



Percebe-se a partir da fala da profissional, que esta compreende o funcionamento do SUAS como um sistema descentralizado de serviços, o qual com a divisão dos níveis de complexidade, busca com a complementaridade das ações, alcançar a efetivação da proteção social. Além de estabelecer uma relação contínua com toda rede de atendimento do município, não só da assistência social, mas qualquer outra política pública através encaminhamentos ou outros meios de interação, objetivando alcançar a efetivação de direitos.

Assim como a distribuição dos equipamentos sendo separados por níveis de complexidade se complementam, o exercício profissional é executado também mediante a interação de cada membro das equipes, onde cada ação desenvolvida por eles tem papel fundamental para intervenção nas demandas atendidas. Assim quando perguntados sobre a rotina de trabalho, foi respondido que elas realizam:

**Entrevistada 3:** Atendimentos individuais ou em grupo, identificando as necessidades e ofertando orientações a indivíduos e famílias, articulando serviços e recursos para atendimento, encaminhamento e acompanhamento das famílias e indivíduos; trabalhar em equipe; produzir relatórios e documentos necessários ao serviço e demais instrumentos técnico operativos; realizar monitoramento e avaliação do serviço; desenvolver atividades socioeducativas de apoio, acolhida, reflexão e participação que visem o fortalecimento familiar e a convivência comunitária.

**Entrevistada 4:** (...) atendimento aos usuários e seus familiares, elaboração de relatórios aos órgãos do poder judiciário, acompanhamento das famílias vinculadas a instituição, busca ativa, averiguação de denúncias, encaminhamentos para os serviços da rede municipal e realização de contato intersetorial (Secretaria de Assistência Social, Saúde, órgãos do poder judiciário, entre outros).

**Entrevistada 5:** CRAS: acolhimento; entrevista familiar; visitas; cadastramento nos programas do PAIF ou no SCFV; grupo socioeducativo; campanhas socioeducativas, palestras, estudo de casos. No CREAS eu realizava atendimento dos encaminhados para o socioeducativo, acolhimento, entrevista com o indivíduo ou/e família, anamnese do com o responsável em atendimento, atividades diagnósticas (jogos, brincadeira, arte e leitura/escrita); elaborava planos de intervenção (...)

**Entrevistada 6:** (...) no CRAS meu papel era de acolher os indivíduos que procuravam o CRAS ou também através de visitas domiciliares, eram realizados atendimentos tanto individuais quanto de forma grupal (nesses atendimentos eram identificadas as necessidades dos integrantes dessas famílias). Os atendimentos iniciais são essenciais para que os indivíduos sejam informados de como funciona a instituição e quais seus diretos. Após esses atendimentos, é desenvolvido um plano de acompanhamento, que leva em consideração as informações colhidas nos atendimentos iniciais e a partir disso são feitas as intervenções (através de oficinas, por exemplo). (...) no CREAS, meu principal papel era o de realizar atendimentos individuais e acompanhamento de famílias, visitas domiciliares e elaboração de relatório judiciais.

A partir de tais contribuições, evidencia-se que o cotidiano profissional dessas entrevistas está baseado no acolhimento, na escuta, no atendimento especializado em rede, visando de forma interdisciplinar, realizar os encaminhamentos e acompanhamentos necessários para atender as demandas que chegam aos equipamentos.

Considerando as atribuições previstas para os coordenadores do CREAS, disponíveis no Caderno de Orientações Técnica do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (2011), referente a gestão do equipamento, principalmente no que tange articulação entre os recursos humanos e entre a rede, como também as questões administrativas a qual envolve o exercício profissional da coordenadora, a entrevistada 2 informou que:

**Entrevistada 2:** Basicamente o que eu fazia era garantir o funcionamento da instituição, buscando que não faltasse recursos e estabelecendo um contínuo diálogo com a Secretaria de Assistência do Município, já que esta era a responsável pela gestão da instituição, garantindo as ferramentas para que os profissionais e técnicos trabalhassem. Além de articular os recursos humanos da instituição. Eu não escolhia quem iria trabalhar mas buscava articular de que forma os profissionais iriam trabalhar ali dentro: organizar a rotina de recursos humanos; trabalhar também no fornecimento de dados para alimentação da vigilância assistencial fornecendo os dados para a secretaria e de lá eles alimentam os dados no suas; buscava garantir a integridade da parte física, porque como coordenadora eu precisava garantir que tudo que estava ali permanecesse e fosse preservado; orientar os profissionais em determinadas ações; e estimular o trabalho em equipe.

As atividades desenvolvidas nos equipamentos exigem dos profissionais a definição de estratégias e o uso dos instrumentais técnicos que devem ser estabelecidos pelos próprios profissionais, os quais têm o direito de organizar seu trabalho com autonomia e criatividade, considerando as demandas específicas da realidade em que atua. A realização dessas competências e atribuições requer a utilização de instrumentais adequados para execução das atividades de acordo com as demandas a serem enfrentadas. Desta forma, foi perguntado às entrevistadas quais os principais instrumentos de trabalho utilizados por eles no cotidiano profissional:

**Entrevistada 3:** Folha de produção diária, documentação, Reunião, observação, entrevistas, fichas de cadastro, encaminhamentos, registros, acompanhamento social, relatórios e visitas domiciliares, atendimentos individuais, atendimentos em grupos.

**Entrevistada 4:** Produção de planilhas de atendimentos diários, necessária para sistematização de informações, banco de dados com registro de todos os usuários cadastrados, formulários de encaminhamentos e visitas, entrevista, visitas domiciliares, diálogos informais, reunião em equipe, acompanhamento social e elaboração de relatório e ofícios.

**Entrevistada 5:** Fichas de cadastramento individual ou familiar; fichas de observação; anamneses, fichas de entrevista, computador, materiais pedagógicos e psicopedagógicos: jogos, brinquedos, livros de história, papel, tinta, lápis de cor, hidro cor, tesoura, bexiga, argila, massa de modelar, teatro de fantoches, DVD, CD, som, data show, corda, máscaras, murais, fantasias(...)

**Entrevistada 6:** Salas com data show, cadeiras, mesa, computador, papel, canetas, lápis de escrever e de colorir, revistas, jornais entre outros, para as diferentes atividades realizadas nas oficinas (dinâmicas, atividades lúdicas) e para os atendimentos individuais.

Os atendimentos realizados pelos profissionais dentro dos equipamentos buscam, a partir de conhecimentos específicos, efetuar a garantia de direitos. Portanto estes profissionais devem estar aptos a lidar cotidianamente com diversas fenômenos sociais, procurando observar e compreender as situações que se apresentam, executando constantemente uma leitura e interpretação da realidade apresentada, utilizando de diversas estratégias para alcançar a efetivação dos atendimentos. Sobre as principais demandas específicas para cada profissional, essas consistem em:

**Entrevistada 3:** Orientações, atendimentos, encaminhamentos, acompanhamento familiar, trabalhos em grupos.

**Entrevistada 4:** A maior demanda da instituição durante o período em que atuei (de abril a setembro de 2016) se constitui de casos de violência e abuso financeiro contra idosos e violência física e psicológica contra crianças e adolescentes. Contudo o encaminhamento de adolescentes para cumprimento de medidas socioeducativas era uma demanda em significativa expansão.

**Entrevistada 5:** Acolhimento, orientação, apoio e encaminhamentos necessários nos programas e serviços ofertados no CRAS e/ou quando necessário para Rede da Assistência Social.

**Entrevistada 6:** No cotidiano do meu trabalho no CRAS, era frequente indivíduos com depressão ou outras patologias, procurarem a assistência social. Esses indivíduos eram encaminhados ao Sus, Ambulatório Municipal ou CAPS, dependendo da demanda. Mas não perdiam o vínculo com a

assistência social, eles também recebiam acompanhamento da equipe e eram incluídos nos grupos existentes na instituição, de acordo com a necessidade de cada um. Recebíamos também pessoas com muitos problemas familiares gerados por falta de informação a respeito de algum transtorno que possuem, como crianças com TDAH<sup>40</sup>. Esses indivíduos eram ouvidos, orientados através de acompanhamentos individuais e grupais, para que seus vínculos familiares fossem fortalecidos eram inseridos nos grupos da instituição. Já no CREAS a demanda mais frequente era a de atendimentos a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e acompanhamento de suas famílias.

Tais demandas são muito complexas e exigem muita atenção dos profissionais, assim, foi perguntado aos entrevistados qual a análise deles acerca da realidade vivenciada no cotidiano profissional, esses destacaram que:

**Entrevistada 3:** Falta de profissionais para determinadas funções, acúmulos de trabalhos por falta de recursos.

**Entrevistada 4:** A precarização das políticas públicas é latente, no entanto observei que associada a ausência de boa vontade para o trabalho da gestão ela se intensifica. Conceder a gestão de uma secretaria a pessoas que não tem conhecimento da política fragiliza demasiadamente o serviço. O trabalho era desenvolvido com dificuldades, mas cabe ressaltar que a equipe se esforçada para dar o retorno necessário aos usuários.

**Entrevistada 5:** A necessidade de um trabalho que busque cada vez mais qualidade na parte estrutural e profissional, através de investimentos nos equipamentos para suprir com totalidade o atendimento ao público que precisa.

**Entrevistada 6:** A realidade vivenciada por mim durante o tempo em que trabalhei no SUAS, foi árdua, porém gratificante em vários sentidos. Árdua pois o sistema público é carente de recursos financeiros que refletem tanto na falta de estrutura (equipamentos e espaço físico adequados e alimentação que atenda a quantidade e diversidade dos indivíduos que frequentam os aparelhos) quanto em relação a equipe técnica que é reduzida, influenciando assim na qualidade do trabalho oferecido a população(...).

A partir de tais falas percebe-se a dificuldade dos profissionais em desenvolver suas atividades. Uns ressaltam a precarização na execução das políticas públicas, outros o quadro restrito de profissionais, fator este que acaba

---

<sup>40</sup> Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

sobrecarregando a equipe e muitas vezes impedindo-as de oferecer um trabalho mais abrangente. No entanto é possível entender que ainda diante de inúmeras dificuldades os profissionais se esforçam para atender as demandas e desenvolver suas atividades com qualidade.

#### **4.2.2 A Articulação Entre os Profissionais no Trabalho do CRAS/ CREAS**

Como já exposto neste trabalho, os serviços ofertados pelos equipamentos que formam a e rede de proteção social aqui evidenciada, são descritos na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009). Essa dispõe sobre a abrangência e a função dos equipamentos considerando seus níveis de complexidade. Quando perguntado qual a avaliação das entrevistadas acerca da efetivação dos serviços previstos para os equipamentos descritos na Tipificação, foi exposto que:

**Entrevistada 1:** Não é melhor porque o CRAS não tem autonomia, por ser vinculado à Secretaria Municipal.

**Entrevistada 2:** A Tipificação realmente traça um aparelho que deveria funcionar com total excelência, porque o CREAS vai abarcar dentro daquilo que é previsto, todas as necessidades de uma atenção especializada, mas voltando para nossa realidade na efetivação daquilo que é proposto, é complicado, porque falta ferramentas, falta profissionais que sejam efetivos no equipamento, porque o profissional chega e precisa se adaptar e conhecer a realidade do espaço, caso a caso, o que leva tempo. Há profissionais que muitas vezes nem conhecem quais as demandas atendidas pelo equipamento; quem deve ser vinculado quem não deve; de que forma deve ser encaminhado; orientado; uma série de dificuldades. Também uma das complicações é que o quadro de profissionais não é suficiente para o quantitativo de famílias e indivíduos vinculados ao serviço e outras situações.

**Entrevistada 3:** São atividades realizadas com famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, organizada em grupos de acordo com o seu ciclo de vida. Deveria ter profissionais capacitados para a realização de determinadas atividades com a finalidade de prevenir a ocorrência de situações de risco social. E reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território com caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. Mas infelizmente esses profissionais nem sempre são capacitados para realizar determinadas funções.

**Entrevistada 4:** A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais preconiza a divisão em níveis de complexidade dos serviços ofertados no âmbito da Política de Assistência Social, desse modo, os serviços designados como de competência do CREAS (média complexidade) eram efetivados diante das demandas e dentro das limitações profissionais. Digo isto, porque não tinha demanda para todos os serviços especificados na Tipificação, porém existia uma demanda acumulada de outros serviços e humanamente falando não tinha condições de um profissional organizar tudo.

**Entrevistada 5:** Sem sombra de dúvidas houve progresso nos serviços ofertados, mas necessita intensificar os diálogos entre todas as esferas que fazem parte da Rede da Assistência Social em prol de melhorias no que refere ao atendimento ao público, fazendo valer o que está escrito nas leis: LOAS, CF DE (1988), PNAS (2004), no ECA (...).

**Entrevistada 6:** O que dificulta a execução dos serviços descritos para os aparelhos socioassistenciais é, como dito anteriormente, a precariedade dos recursos disponíveis, porém apesar das dificuldades, os serviços eram oferecidos a população em vulnerabilidade social de acordo com a realidade do ambiente, e eram aplicadas as medidas protetivas cabíveis em cada caso.

O que se visualiza mais uma vez, é a observação dos entrevistados em relação ao quantitativo de profissionais considerando as excessivas demandas recebidas pelos equipamentos. Cruz das Almas é um município relativamente extensivo e que recebe várias demandas, vindas da zona rural e urbana. Então para efetivação dos serviços, exige-se muito dos profissionais, sendo necessário que esses busquem alternativas para desenvolver as atividades de modo a não permitir que as circunstâncias e as dificuldades vivenciadas no cotidiano, os impeçam de tentar atender as demandas.

A organização dos serviços é pensada visando a complementação das ações, de forma a analisar os objetivos de cada profissão e o que essas abrangem considerando os interesses dos equipamentos. A partir de tal pensamento, buscou-se saber dos entrevistados qual a avaliação deles acerca da relação entre os objetivos de cada profissão em consonância com o objetivo institucional materializados nos equipamentos. Assim, informou-se que:

**Entrevistada 4:** (...) acredito que se o profissional agir de acordo com os princípios preconizados em nosso código de ética, adquirir conhecimento acerca da política em que atua e ele com certeza irá materializar os pressupostos expressos na normativa que regulamenta o trabalho no equipamento.

**Entrevistada 5:** Um grande desafio. Em determinadas propostas e projetos, houve sucesso, em outras não. Pois toda instituição necessita de mais

suporte técnico, estrutural e organizacional com profissionais que estejam supervisionando constantemente todo trabalho.

**Entrevistada 6:** Os objetivos da psicologia complementam os objetivos institucionais dos equipamentos, pois ajudam a criar um elo entre o beneficiário e a equipe, tornando ainda mais humanizada a execução dos serviços oferecidos. A atuação da psicologia muda a maneira de acolher, ouvir, analisar as diferentes necessidades e conseqüentemente de tentar solucionar as mesmas. A psicologia vê cada ser como único e esse olhar diferenciado é levado a assistência social e a ajuda na implementação dos serviços desenvolvidos, extraindo as potencialidades dos indivíduos e, portanto, ajudando no fortalecimento de vínculos das famílias e seu empoderamento.

Entende-se que as entrevistadas conseguem identificar a relação das suas respectivas profissões e a importância delas para o desenvolvimento e efetivação dos serviços. Sendo destacado apenas algumas reflexões, como quando a da Entrevistada 3, a qual expõe que na prestação dos serviços, considerando os objetivos dos profissionais e dos equipamentos, esses deveriam “(...)alcançar os mesmos objetivos, mas infelizmente em algumas situações não é isso que se ocorre, devido à falta de autonomia em determinadas atividades”. Assim percebe-se que a ação profissional muitas vezes é limitada por diferentes motivos, restringindo a autonomia dos profissionais no cotidiano vivenciado nos equipamentos.

Entendendo que mesmo em meio as dificuldades apontadas pelos profissionais, o trabalho precisa ser desenvolvido e que este é executado a partir da interação da equipe interdisciplinar que precisa constantemente buscar a qualificação dos serviços, foi perguntado as entrevistadas, quais as demandas que se apresentam no equipamento que exigem um trabalho interdisciplinar, sendo respondido que:

**Entrevistada 1:** Encaminhamentos e estudos de caso.

**Entrevistada 2:** Eram executadas a partir da necessidade, de acordo com as demandas, mas em sua grande maioria era exigido uma interação entre os profissionais

**Entrevistada 3:** O trabalho com grupos de famílias, ou grupos de segmentos atendidos, que algumas vezes envolve suas famílias.

**Entrevistada 4:** Na minha concepção todas as demandas exigiam uma atuação interdisciplinar, acredito que não é por acaso que a política preconiza uma equipe mínima para atuar nesse equipamento. Penso que existem compreensões da Psicologia e do Serviço Social acerca de determinadas

questões, mas em alguns pontos elas podem se relacionar, respeitando os princípios éticos de cada profissão.

**Entrevistada 5:** Todas as demandas necessitam da interdisciplinaridade, principalmente o trabalho realizado nos grupos SCFV, com as famílias e indivíduos. Todo trabalho interdisciplinar necessita muito de estudo, compreensão dos aspectos históricos das comunidades; as culturas, para melhor responder a função social das instituições que compõem a Rede Socioassistencial nos municípios e territórios.

**Entrevistada 6:** As demandas que exigem um trabalho interdisciplinar são todas relacionadas ao resgate e fortalecimento de vínculos familiares, pois a equipe pode trabalhar de maneira integrada com palestras (com temas voltados a direitos estabelecidos pelo estado), grupos reflexivos, atividades físicas, escuta, entre outros. O ser humano tem diferentes necessidades tanto físicas quanto mentais, e essas atividades oferecidas em conjunto refletem na maneira com que eles assimilam e encaram as dificuldades do cotidiano, na maneira como se enxergam e tratam os demais, gerando um regaste na autoestima e nos vínculos familiares desgastados.

Aponta-se, portanto, que todas as entrevistadas reconhecem a importância de estabelecer-se uma interação entre os profissionais, levando em consideração a colaboração de cada um deles na busca pela efetivação dos serviços prestados pelos equipamentos. Para tanto, buscou-se saber, qual a avaliação das entrevistadas em relação atuação interdisciplinar executada nos equipamentos que elas trabalham, sendo exposto pela maioria das profissionais que essa relação era fragilizada, pautada em diversos motivos recorrente as dinâmicas vivenciadas na realidade de cada equipamento, deste modo cabe destacar tais exposições:

**Entrevistada 2:** Meu trabalho como coordenadora durou cerca de oito meses, e nesse meio tempo a minha equipe se formou. Então eu tive que articular uma equipe que também estava chegando; nesse percurso a psicóloga ficou doente, e nós precisamos receber um outro psicólogo, mas a psicóloga que deu esse apoio não era exclusiva do CREAS, ela ia uma vez na semana. Então a assistente social chegou, uma boa profissional, era o primeiro emprego dela, mas ela se saiu muito bem. Tinha a pedagoga, era do CREAS, mas não era exclusiva do CREAS era do CRAS também. O advogado, estava lá para atender demandas quando era solicitado. A dificuldade maior foi o curto tempo, mas o bom é que toda equipe a pesar de não se ver tanto se dava muito bem, tinha uma articulação muito boa(...)

**Entrevistada 4:** Fragilizado. Porque a equipe não era exclusiva do equipamento, tinha profissionais que trabalham em outros equipamentos na mesma secretaria e isso impossibilitava reunião para discutir as ações da instituição, planejar as atividades e os encontros entre os profissionais eram pontuais.



**Entrevistada 5:** Precisa melhorar o trabalho através de mais apoio, coordenação e fiscalização pelos órgãos competentes. Pois, percebemos que o trabalho interdisciplinar requer reflexão, inovação e muita criatividade. Além de abertura para o novo, que tenha humildade ensinar e de aprender, interagindo em ciclos que não são fechados, mas que circulam.

Conforme evidenciado na fala da Entrevistada 2, na composição da equipe técnica do CREAS, há a participação de um advogado, mas este, não é exclusivo do equipamento. Buscou-se portando entender como a equipe organizava a demanda sócio jurídica do equipamento. Assim, a coordenadora, informou que:

Entrevistada 2: Não havia uma necessidade de o advogado estar no CREAS durante toda a semana, durante um período longo. Então o que a gente fazia, era juntar os casos que necessitavam de uma atenção sócio jurídica e então solicitávamos que ele fosse ao CREAS. Ele ia pelo menos duas vezes no mês, tinha mês que ia mais, dependia da demanda/ da necessidade do CREAS. Então ele aparecia para dar essa atenção sócio jurídica tanto para o usuário se necessário quanto para equipe. O maior contato dele era com a assistente social porque eles discutiam os casos. Comigo era para receber orientação de como proceder em relação ao equipamento, para não infligir nada.

Destaca-se neste momento, a importância das reuniões em equipe, para o planejamento das ações e para discutir outros assuntos pertinentes para o desenvolvimento das atividades executadas nos equipamentos, portanto, perguntou-se aos entrevistados, se essas aconteciam e com qual frequência, sendo informado pela maioria das profissionais que há reuniões, e que essas acontecem mensalmente ou quando surge alguma eventual necessidade.

#### **4.2.3 Articulação do Trabalho Desenvolvido entre os Equipamentos**

Expostos as profissionais envolvidas nesta pesquisa, a identificação da relação interdisciplinar exercida entre elas, assim como a avaliação delas sobre a execução dos serviços socioassistenciais implementados no município, neste momento serão apresentadas informações que possibilitarão entender como se dá a articulação entre os equipamentos evidenciados neste trabalho, ou seja, o CRAS e o CREAS.

Assim, perguntou-se aos profissionais, como acontecia a relação entre o trabalho realizado nos CRAS e no CREAS, sendo respondido por algumas das entrevistadas, que não acontecia muita interação ou que a relação era estabelecida a partir de encaminhamentos. Cabe aqui destacar as observações feitas por alguns profissionais:

**Entrevistada 2:** No início chegava demanda que não era do CREAS, encaminhada pelo CRAS. Chegava demanda no CRAS, enviadas pelo CREAS e o CRAS não aceitava. Surgiam algumas divergências em algumas situações. Até na forma de orientar o usuário, mas por sempre estabelecer uma relação institucional e profissional saudável, sempre se mantinha um diálogo e uma troca que favorecia o usuário. Com o passar do tempo, observei uma significativa redução nesses desajustes como também um aumento no diálogo entre os profissionais, isso sendo consequência dessa troca de conhecimento, como também pelo fato de alguns profissionais estarem prestando serviço em ambas instituições.

**Entrevistada 4:** A meu ver o trabalho desses equipamentos era muito fragmentado no sentido de que cada um realizava suas atribuições em suas instâncias de trabalho, nada para além disso. As equipes se relacionavam bem, porém apesar de compreender que o CRAS e o CREAS possuem orientações de trabalho e público alvo específicos, visualizo que devem ter uma íntima relação, uma vez que a proposta do CREAS não é de que o usuário seja vinculado a ele a vida inteira, mas até que sejam superadas as situações vivenciadas.

**Entrevistada 5:** Uma relação que necessitava de mais diálogos, em torno das políticas sociais para melhor receber e interagir com os que precisavam. Enfim, caminhar juntos, em torno de princípios e práticas para posterior efetivação e sustentação teórica e prática é primordial para o CRAS e o CREAS.

**Entrevistada 6:** É essencial essa articulação dos equipamentos na assistência social, o CRAS trabalha com a atenção básica, com a prevenção e o CREAS oferece apoio e orientação especializada aos beneficiários. Uma complementa a outra, dando suporte. O serviço de convivência, por exemplo, que é um programa que complementa o PAIF, atende um público prioritário vítima de violência, negligência, adolescentes e crianças em cumprimento de medidas socioeducativas, ou seja, CRAS e CREAS atuam em conjunto e o compartilhamento de informações e conhecimentos nesses aparelhos foi muito importante para uma melhor articulação e execução dos objetivos propostos.

Sabe-se que ambos os equipamentos ofertam níveis específicos de proteção, e que assim alcançam diferentes demandas. No entanto, a interação entre eles acontece prioritariamente através da equipe disponível em cada equipamento, sendo tal interação indispensável para execução efetiva da prestação dos serviços previstos para rede de proteção executada no âmbito municipal.

O trabalho desenvolvido no CRAS e no CREAS precisa ter uma ligação, considerando que usuários que estão no CRAS em algum momento podem demandar dos serviços do CREAS, mas os usuários que estão no CREAS, certamente vão demandar dos serviços do CRAS, como por exemplo, quando se verifica a necessidade de se inserir um usuário em um grupo de fortalecimento de vínculos ou outra demanda.

Foi perguntado às entrevistadas se ocorreram reuniões para elaboração de ações conjuntas entre as equipes, sendo respondido que as únicas reuniões que envolviam os profissionais do CRAS e CREAS, agregava também outros profissionais, e essas aconteciam para resolver demandas administrativas ou elaborar campanhas de prevenção ou ações intersetoriais desenvolvidas pela prefeitura.

A partir de todas as indagações e informações aqui expostas, solicitou-se aos profissionais que fizessem uma avaliação do trabalho dos equipamentos considerando o que estabelece a Política de Assistência Social, sendo destacado, nas falas, que:

**Entrevistada 1:** Deve ser melhorado para promover um melhor acesso aos serviços.

**Entrevistada 2:** Diante do que é preconizado de execução eu via um esforço muito grande das instituições em poder executar da melhor forma possível, mas olhando a conjuntura, olhando a perspectiva de tudo que estava posto, era muito complicado trabalhar, considerando que a gente não tinha as ferramentas necessárias para trabalhar. As demandas eram gigantescas, o quantitativo de profissionais era pouco, o RH é pouco para poder trabalhar (...). Inclusive pela rotatividade dos profissionais, que é o que estamos vivendo agora. Isso propicia o acúmulo de trabalho e conseqüentemente o atraso do mesmo. E claro, o principal prejudicado é o usuário.

**Entrevistada 3:** Um trabalho onde se tem resultados, mas há uma necessidade de um trabalho com mais parcerias, para se alcançar um resultado com mais precisão.

**Entrevistada 4:** Bom, não tenho propriedade para falar do trabalho realizado pelo CRAS por não ter tido um contato aproximado com a equipe. Com relação ao CREAS afirmo que o trabalho era realizado de acordo com o que era preconizado na política, porém existiam limitações institucionais que impediam um andamento mais célere nos casos

**Entrevistada 5:** Em desenvolvimento. Faz-se necessário, mais envolvimento, participação, integração e valorização profissional.

**Entrevistada 6:** O trabalho realizado no município ainda enfrenta dificuldades, assim como o realizado em outras regiões do Brasil. Um dos maiores desafios é o de como garantir que os princípios da gestão da política de assistência social possam ganhar presença permanente, independente do

gestor do momento, já que no país há um jogo de interesses de poucos que se sobrepõem aos direitos da maior parte da população. A equipe do CRAS e do CREAS, deveria ser efetiva, para assegurar a continuidade do trabalho. Falta também um estudo mais detalhado a respeito do território, das necessidades e potencialidades do mesmo, para um melhor desenvolvimento dos serviços oferecidos a população.

É presente na fala da maioria dos profissionais, nesta questão e em outras abordadas no decorrer desta pesquisa, que há muitas dificuldades no desenvolvimento das tarefas previstas para cada equipamento na busca pela efetivação dos serviços. Foram detectadas algumas limitações, dentre elas, destaca-se a falta de profissionais efetivos para manter uma continuidade nos atendimentos prestados aos usuários, visto que o vínculo estabelecido entre o profissional e o equipamento é fragilizado, em decorrência da rotatividade a qual a equipe é submetida. Tais limitações dificultam, mas não impedem a execução da prestação de serviços ofertados pelo CRAS e CREAS.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a construção deste trabalho buscou-se compreender o Sistema de Proteção Social exercido no município no que se refere a Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade, especialmente a articulação entre equipamentos, serviços e ações para a execução do que prevê a política de assistência social.

Considerando que Cruz das Almas se trata de um município de médio porte, e este por sua vez abrange os dois níveis proteções social. Identifica-se nele a presença do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo este a porta de entrada da política de assistência social executada no âmbito municipal e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), equipamento que opera a proteção social de média complexidade executada no município, buscando prover serviços de atenção a famílias e indivíduos que passaram por violência/violação de direitos.

Entende-se que ambos os equipamentos têm autonomia para executar separadamente os serviços aos quais são destinados a ofertar, mas a interação entre eles é de suma importância para o fortalecimento da rede de proteção, buscando alcançar a efetivação da política de assistência social executada no âmbito municipal.

Através da pesquisa notou-se que a articulação entre os equipamentos acontece, mas de forma fragilizada, pois, a partir do exposto, o contato entre as equipes estabelece-se apenas por meio de encaminhamentos ou em eventuais reuniões organizadas pela Secretaria de Assistência Social do Município, distanciando-se da ideia de interação contínua entre os equipamentos que favoreça ações complementares entre os níveis de proteção, bem como o planejamento de intervenções integradas para atender as demandas dos indivíduos e famílias. É necessário, portanto, que se estabeleça uma interação maior entre os equipamentos buscando a efetivação da rede e a qualificação dos serviços prestados por ela, uma vez que, os níveis de proteção se complementam e ação conjunta destes pode possibilitar o fortalecimento da rede de proteção.

Considerando o conceito de rede socioassistencial abordado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual afirma que esta é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, visando alcançar a garantia de proteção aos usuários

da política de assistência social. Esta concepção reafirma a necessidade de manter-se uma articulação entre todas unidades de provisão de proteção social sob a hierarquia da Proteção Social Básica e Especial, considerando os níveis de complexidade. Tal rede pressupõe uma forma de organização conectada, respeitando a autonomia dos equipamentos, mas entendendo-a como contingente de uma ação participativa, colaborativa e de decisão compartilhada na busca pela efetivação dos serviços.

Uma das dificuldades apresentadas pelos profissionais para o fortalecimento dessa rede é a falta de equipes efetivas nos equipamentos. Pois, conforme apresentado, a maioria dos profissionais trabalham por vínculos de contrato e esses são temporários, ocasionando assim uma constante rotatividade das equipes, o que influencia na continuidade/descontinuidade dos atendimentos. Sendo esta dificuldade apontada como um obstáculo para alcançar-se êxito na prestação dos serviços ofertados pelos equipamentos, entende-se que o exercício profissional poderá se tornar mais efetivo e abrangente quando o poder público buscar atender a necessidade de realização de concurso público para contratação de equipe interdisciplinares que sejam compostas por profissionais efetivos para atuar nos equipamentos.

Por outro lado e apesar dos entraves apontados, o depoimento das profissionais indicou um esforço das equipes para chegar a efetivação dos serviços socioassistenciais ofertados. Demonstrando-se assim, que para além das circunstâncias recorrentes da realidade vivenciada no cotidiano profissional, os serviços podem ser ofertados, de acordo com o previsto e de modo articulado, sendo executado a partir de estratégias elaboradas pelos executores da política.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Fabrício Fontes. **A institucionalização da assistência social na proteção social brasileira.** *SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 13, N.2, p.19-44, jan./jun. 2011*
- BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. **Programa de Capacitação em Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais.** Brasília, UnB/ CEFSS, 2009.
- BRASIL. [Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993]. Lei orgânica da assistência social (LOAS) [recurso eletrônico]: Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata. – 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série legislação; n. 221)
- \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília/DF: Poder Legislativo, 1988.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).** Brasília: MDS, 1993.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, 2004.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** 2009.
- \_\_\_\_\_. Orientações Técnicas: **Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p.
- \_\_\_\_\_. Orientações técnicas: **Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2011.
- COUTO, Berenice Rojas et al. A política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et al (Orgs.). **O Sistema único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. p.54-87.
- ELY, Fabiana R. Serviço Social e Interdisciplinaridade. In: **Revista Katálysis,** Florianópolis, v. 6 n. 1 jan./ jun. p.113-117, 2003.
- FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: qual o sentido? São Paulo: Paulus, 2003
- FAZENDA, Ivani. Dicionário em construção: interdisciplinaridade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Tradução de: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

JACCOUND, Luciana. Proteção Social no Brasil: Debates e Desafios. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e Gestão da proteção Social Não Contributiva no Brasil**. Brasília: Unesco, 2009. p. 57-86.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan. -abr. 2004.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. In: **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.10, n. especial, p. 73-82, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social** 3. ed. rev. e atual - - São Paulo: 2009 – (Biblioteca básica de serviço social; v.3)

SPOSATI, Aldaíza et al. **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**: uma questão em análise. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SPOSATI, Aldaíza: **A menina LOAS**: um processo de construção da assistência social .4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

VANZETTO, Antônia Alves. **O sistema único de assistência social e a centralidade da família**. 2º seminário nacional estado e políticas sociais no Brasil. UNIOESTE – Campus de Cascavel. 13 a 15 de outubro de 2005.

VILLELA, Ariluce Ferreira; MUSTAFA, Patrícia Soraya. **Avanços e desafios na implementação do sistema único de assistência social no município de Franca, SP**. Serviço Social & Realidade. Franca, v 18, n. 1, p. 91-116, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A Política Social brasileira nos anos 90: a refilantropização da “Questão Social”**. Cadernos ABONG, Série Especial, Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, nº 3, out. 1995.



## APÉNDICE



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
 Centro de Artes, Humanidades e Letras  
 Colegiado de Serviço Social

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**TÍTULO DA PESQUISA:** ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CRUZ DAS ALMAS -  
 ARTICULAÇÃO ENTRE A AÇÃO DOS CRAS E CREAS

**INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA  
 BAHIA - UFRB - Coordenação de Serviço Social.

Eu \_\_\_\_\_, declaro que  
 estou ciente da minha participação na pesquisa com o título acima citado que tem  
 como objetivo principal refletir sobre o trabalho socioassistencial executado no Centro  
 de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado  
 de Assistência Social (CREAS), frente os desafios do cotidiano.

A minha participação será respondendo a um instrumento de pesquisa de cunho  
 acadêmico acerca das experiências vivenciadas no cotidiano profissional exercido nos  
 equipamentos CRAS ou CREAS do município de Cruz das Almas-BA. Fica acordado  
 que todas as informações prestadas serão utilizadas com intuito de possibilitar a  
 realização da pesquisa e publicação das informações e que todos os meus dados de  
 identificação serão preservados.

Estou ciente que se trata de uma atividade voluntária e que a participação não envolve  
 remuneração. Tenho total liberdade de não responder a determinadas questões, tirar  
 dúvidas durante o processo de estudo, excluir do material da pesquisa informação que  
 tenha sido dada ou desistir da minha participação em qualquer momento da pesquisa,  
 exceto após a publicação dos resultados.

Após ter lido e discutido com a pesquisadora os termos contidos neste Termo de  
 Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa. A minha  
 participação é formalizada por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo  
 uma retida por mim e a outra pela pesquisadora.

Cachoeira, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

Participante - Assinatura: \_\_\_\_\_

Pesquisador - Assinatura: \_\_\_\_\_



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Centro de Artes, Humanidades e Letras  
Colegiado de Serviço Social

## ROTEIRO DE ENTREVISTA - COORDENADOR

**EQUIPAMENTO:** \_\_\_\_\_

### I - Perfil Profissional:

**01. Escolaridade:** \_\_\_\_\_

**02. Formação Profissional:** \_\_\_\_\_

**03. Sexo:** ( ) Masculino ( ) Feminino

**04. Estado civil:** ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Divorciado ( ) Viúvo ( ) Outros

**05. Faixa Etária:** ( ) De 18 a 23 anos ( ) De 24 a 29 anos ( ) De 30 a 35 anos  
( ) 36 a 41 anos ( ) 46 a 50 anos ( ) Acima de 50 anos

**06. Cor/ Etnia:**

( ) Branco ( ) Pardo ( ) Mulato ( ) Negro ( ) Amarelo ( ) Indígena ( ) Outros

**07. - Durante o período trabalhado, houve alguma capacitação que proporcionasse uma articulação entre o CRAS e o CREAS? Você participou?**

( ) Não houve capacitação;

( ) Houve capacitação, mas não participei;

( ) Sim, houve capacitação e eu participei.

### II – TRABALHO ESPECÍFICO DE CADA PROFISSIONAL EM SUA FUNÇÃO

**08.** Quais os objetivos do equipamento onde você trabalhou?

\_\_\_\_\_

**09.** Descreva sua rotina de trabalho no equipamento:

\_\_\_\_\_

### III – A ARTICULAÇÃO ENTRE OS PROFISSIONAIS NO TRABALHO DO CRAS/ CREAS

**10.** Qual sua avaliação acerca da efetivação dos serviços descritos para o equipamento na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais?

\_\_\_\_\_

**11.** Em seu equipamento realizavam-se reuniões de equipe?

( ) Não

( ) Sim - frequência: ( ) quinzenal ( ) mensal ( ) semestral.

**12.** Quais as demandas que se apresentavam no equipamento que exigiam um trabalho interdisciplinar?

---

---

**13.** Como você avalia o trabalho realizado no equipamento para atuação interdisciplinar?

---

---

**14.** Como as demandas relativas ao trabalho sócio jurídico do CREAS são atendidas?

---

---

#### **IV - A ARTICULAÇÃO DO TRABALHO DESENVOLVIDO ENTRE OS EQUIPAMENTOS CRAS/ CREAS**

**15.** No dia a dia, como se deu a relação entre o trabalho realizado no CRAS e no CREAS?

---

---

**16.** Ocorreram reuniões para elaboração de ações conjuntas entre a equipe do CREAS e CRAS?

---

---

**17.** Qual sua avaliação sobre o trabalho realizado pelos CRAS/ CREAS no município, sob a ótica do que estabelece a Política de Assistência Social?

---

---



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Centro de Artes, Humanidades e Letras  
Colegiado de Serviço Social

## ROTEIRO DE ENTREVISTA – EQUIPE TÉCNICA

### EQUIPAMENTO:

---

#### I - Perfil Profissional:

**1. Cargo:** ( ) Assistente Social ( ) Psicóloga(o) ( ) Pedagoga(o) ( ) Educador Social(?)

**2. Sexo:**

( ) Masculino ( ) Feminino

**3. Estado civil:**

( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Divorciado ( ) Viúvo ( ) Outros

**4. Faixa Etária:**

( ) De 18 a 23 anos ( ) De 24 a 29 anos ( ) De 30 a 35 anos ( ) 36 a 41 anos ( ) 46 a 50 anos ( ) Acima de 50 anos

**5. Cor/ etnia:**

( ) Branco ( ) Pardo ( ) Mulato ( ) Negro ( ) Amarelo ( ) Indígena ( ) Outros

**6. Tempo de formado:**

( ) menos de 1 ano ( ) 1 a 3 anos ( ) 4 a 6 anos ( ) 7 a 10 anos ( ) acima de 10 anos  
Quantos? \_\_\_\_\_

**7. Modalidade da Instituição Universitária:**

( ) Pública ( ) Privada / ( ) Presencial ( ) Semi- Presencial ( ) EAD

**8. Durante a graduação você participou das seguintes atividades:**

- ( ) Monitoria;
- ( ) Iniciação Científica;
- ( ) Atividades de Extensão;
- ( ) Movimentos Estudantil;
- ( ) Estágio Obrigatório;
- ( ) Estágio Não-obrigatório;
- ( ) Participação em eventos científicos com publicações de trabalhos;

- Participação em eventos científicos sem publicações de trabalhos;  
 Nunca Participou

**9. Tempo de trabalho no equipamento:**

- menos e 01 ano  1 a 3 anos  4 a 6 anos  7 a 9 anos  10 a 12 anos  
 13 a 15 anos  16 a 18 anos  Acima de 18 anos

**10. Faixa Salarial:**

- até 2 SM  2 a 4 SM  4 a 6 SM  8 a 10 SM  Acima de 10 SM

**12. Forma de ingresso no equipamento:**

- Concurso público  Processo seletivo  Convite  Outros

**13. Vínculo empregatício no equipamento:**

- Servidor público  Contratado  Cargo de Comissão  Voluntário  Outros

**14. Tipo de regime e contrato de trabalho:**

- Contrato sem carteira assinada  Contrato com carteira assinada  Contrato por tempo determinado  Prestação de serviços  Outros

**15. Carga horária de trabalho no equipamento:**

- até 20 horas  21 a 30 horas  40 horas  acima de 40 horas

**16. Você realiza outra atividade laboral?**

- Não  
 Sim - Quantas horas de trabalho? \_\_\_\_\_

**17. Formação Continuada**

- Não  
 Sim, quais:  
 Especialização  Mestrado  Doutorado  Cursos de capacitação  Outros

**18. Participa de capacitações?**

- Não  
 Sim - frequência:  trimestral  semestral  anual. Quais: \_\_\_\_\_

**19. Durante o período trabalhado, houve alguma capacitação que proporcionasse uma articulação entre o CRAS e o CREAS? Você participou?**

- Não houve capacitação;  
 Houve capacitação, mas não participei;  
 Sim, houve capacitação e eu participei.

**II – TRABALHO ESPECÍFICO DE CADA PROFISSIONAL EM SUA FUNÇÃO**

**20.** Quais os objetivos do equipamento onde você trabalhou?

---

---

**21.** Descreva sua rotina de trabalho:

---

---

**22.** Quais os principais instrumentos de trabalho utilizados em seu cotidiano profissional?

---

---

**23.** Quais as principais demandas específicas da sua profissão no seu local de trabalho?

---

---

**24.** Qual é sua análise acerca da realidade vivenciada no seu cotidiano profissional?

---

---

### **III – A ARTICULAÇÃO ENTRE OS PROFISSIONAIS NO TRABALHO DO CRAS/ CREAS**

**25.** Qual sua avaliação acerca da efetivação dos serviços descritos para o equipamento na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais?

---

---

**26.** Como você avalia a relação entre os objetivos da sua profissão e os objetivos institucionais materializados no equipamento?

---

---

**27.** Em seu equipamento realizam-se reuniões de equipe?

( ) Não

( ) Sim - frequência: ( ) quinzenal ( ) mensal ( ) semestral.

**28.** Na sua avaliação, quais as demandas que se apresentam no equipamento que exigem um trabalho interdisciplinar?

---

---

**29.** Como você avalia o trabalho realizado no equipamento, no que se refere a atuação interdisciplinar?

---

---

**IV - O ARTICULAÇÃO DO TRABALHO DESENVOLVIDO ENTRE OS EQUIPAMENTOS CRAS/ CREAS**

**30.** No dia a dia, como se deu a relação entre o trabalho realizado no CRAS e no CREAS?

---

---

**31.** Ocorreram reuniões para elaboração de ações conjuntas entre as equipes do CRAS e do CREAS?

---

---

**32.** Qual a avaliação sobre o trabalho realizado pelos CRAS/ CREAS no município, sob a ótica do que estabelece a Política de Assistência Social?

---

---